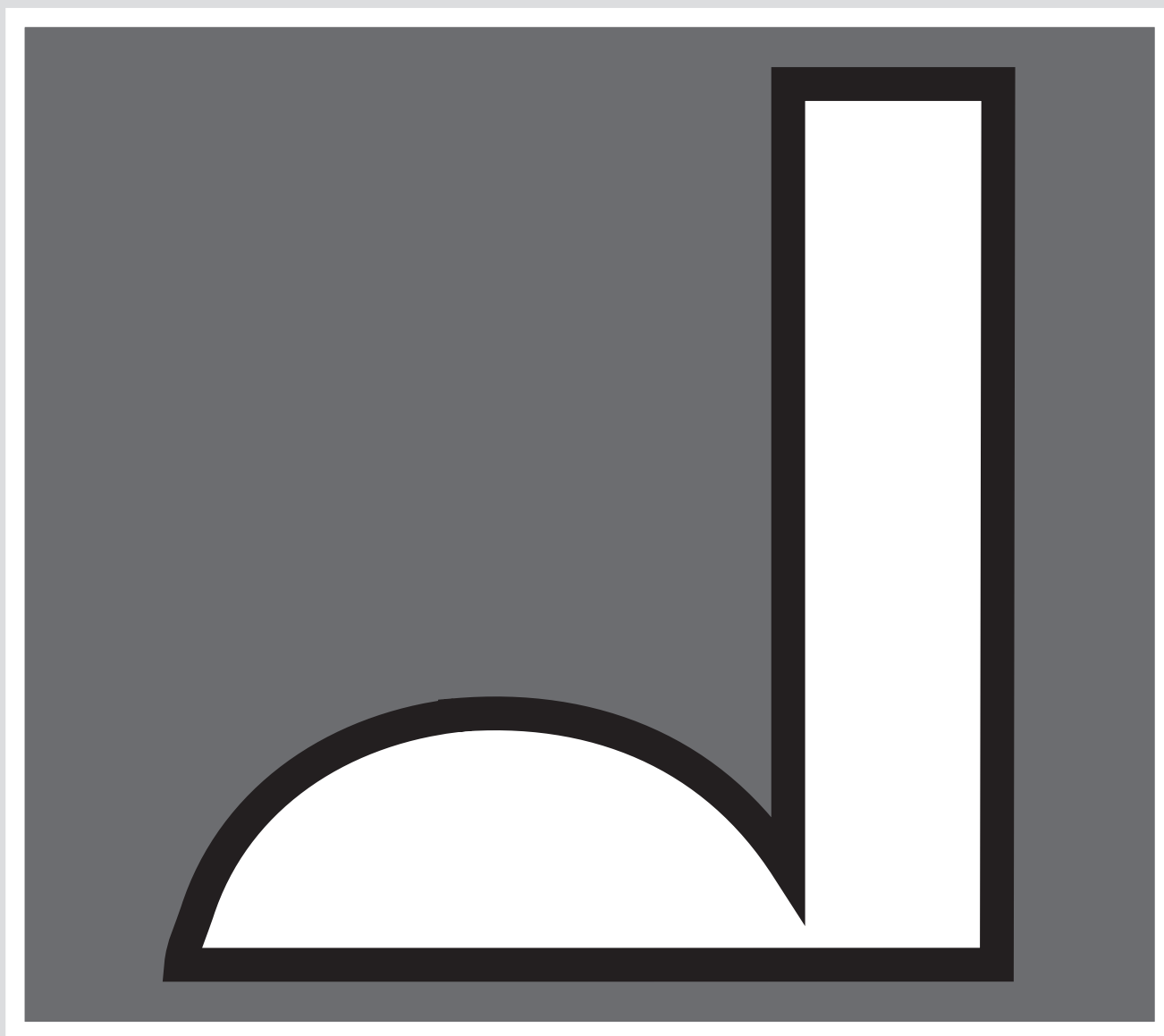




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 031 - QUINTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rego Eduardo Braga Gilvam Borges Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar. (PSDB/DEM) - 15 Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Líder do DEM - 5 José Agripino (2)
		PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rego

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 22ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE MARÇO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento do calendário para tramitação do Projeto de Lei nº 1, de 2011-CN. 06173

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 4 de março de 2011 e publicação no mesmo, dia, mês e ano, da Medida Provisória nº 526, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. 06173

1.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 163, de 2011, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia de comunicação sobre medida cautelar em processo referente a obras no Terminal de Passageiros do Aeroporto de Confins/Tancredo Neves (TC – 000.658/2011-1). 06174

1.2.3 – Mensagem da Presidente da República

Nº 51, de 2011 (nº 58/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. *Cláudio Passos Simão* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. 06182

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem de pesar pelo falecimento de 27 pessoas em acidente rodoviário, ocorrido na BR-282, em Santa Catarina; e outros assuntos. 06186

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 173, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento das 27 vítimas do acidente rodoviário ocorrido na BR-282 em Santa Catarina. 06192

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Designação de Senador João Vicente Claudino, Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão

nº 4, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 507, de 2010). 06193

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Considerações sobre os desastres naturais, como enchentes e estiagens, relacionados ao aquecimento global e aos processos de desenvolvimento econômico, pedindo mais empenho das autoridades para a prevenção desses problemas. 06193

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem às mulheres pelo transcurso, ontem, do Dia Internacional da Mulher. 06195

SENADOR ALVARO DIAS – Alerta para as dificuldades que o governo federal enfrenta atualmente, trazendo dados de órgãos governamentais que corroboram as afirmações de S. Exª, e outros assuntos. 06200

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, com destaque para o recebimento do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz pela poetisa paranaense Chloris Casagrande Justen; e outros assuntos. 06206

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Homenagem às mulheres pelo transcurso de seu dia, comemorado ontem, solidarizando-se com a ex-deputada Luciana Genro. 06210

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Homenagem pelo transcurso, ontem, do Dia Internacional da Mulher, destacando o impacto que as conquistas das brasileiras trouxe à sociedade. 06214

SENADOR VALDIR RAUPP – Cumprimentos a todas as mulheres brasileiras pelo transcurso, ontem, do Dia Internacional da Mulher; e outro assunto. 06217

2 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)
Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 22ª Sessão, Não Deliberativa em 9 de março de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Srª Gleisi Hoffmann, dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues e da Srª Ana Amélia

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 17 horas e 30 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – A Presidência comunica que, nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, o **Projeto de Lei nº 1, de 2011-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$755.000.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente” tramitará conforme o seguinte calendário:

Leitura: 3-3-2011

até 8-3 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 16-3 prazo para apresentação de emendas;

até 21-3 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 5-4 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – A Senhora Presidente da República adotou, em 4 de março de 2011, e publicou, no mesmo dia, mês e ano, a **Medida Provisória nº 526, de 2011**, que “Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Humberto Costa

Marcelo Crivella

Magno Malta

Gleisi Hoffmann

Acir Gurgacz

Cristovam Buarque

Antonio Carlos Valadares

Lídice da Mata

Inácio Arruda

João Pedro

Bloco (PMDB/PP/PSC/PMN/PV)

Renan Calheiros

Paulo Davim

Francisco Dornelles

Vital do Rego

Eduardo Amorim

Eduardo Braga

Sérgio Petecão

Ana Amélia

Bloco (PSDB/DEM)

Alvaro Dias

José Agripino

PTB

Gim Argello

João Vicente Claudino

*PPS

Itamar Franco

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Paulo Teixeira

José Guimarães

Arlindo Chinaglia

Henrique Fontana

PMDB

Henrique Eduardo Alves	Teresa Surita
Mendes Ribeiro Filho	Almeida Lima

Bloco (PSB/PTB/PCdoB)

Ana Arraes	Osmar Junior
Jovair Arantes	Givaldo Carimbão

PSDB

Duarte Nogueira	Alfredo Kaefer
-----------------	----------------

Bloco (PP/PSC/PMN)

Nelson Meurer	Ratinho Junior
---------------	----------------

DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto	Pauderney Avelino
-------------------------------	-------------------

Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)

Lincoln Portela	George Hilton
-----------------	---------------

PDT

Giovanni Queiroz	André Figueiredo
------------------	------------------

Bloco (PV/PPS)

Sarney Filho	Rubens Bueno
--------------	--------------

***PSOL**

Chico Alencar	Ivan Valente
---------------	--------------

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 4-3-2011 (Ed. Extra)
- Designação Prevista da Comissão: 9-3-2011(SF)
- Instalação Prevista da Comissão: 10-3-2011
- Emendas: até 10-3-2011 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 4-3-2011 a 17-3-2011 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 17-3-2011
- Prazo na CD: de 18-3-2011 a 31-3-2011 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 31-3-2011
- Prazo no SF: de 1º-4-2011 a 14-4-2011 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 14-4-2011

- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 15-4-2011 a 17-4-2011 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18-4-2011 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 2-5-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 163 – GP/TCU de 2011**, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia de comunicação daquela Corte de Contas sobre medida cautelar em processo referente a obras no Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves (TCU – 000.658/2011 –1).

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 10 de março do corrente.

É o seguinte o aviso:

Aviso nº 163-GP/TCU

Brasília, 3 de março de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 99 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO 2011), informo a Vossa Excelência que consoante deliberação (cópia anexa) deste Tribunal, foram constatados novos indícios de irregularidades graves na seguinte obra:

(PAC) Reforma, adequação e ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves.

Comunico ainda que, conforme publicado no **Diário Oficial da União** de 17-2-2011, Seção 3, página 16, a Infraero suspendeu, para adequação, o Edital da Conferência Internacional nº 10/DALC/SBCF/2010 relativo à obra em comento.

Por fim, registro que esta Corte de Contas encontra-se à disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

COMUNICAÇÃO DO MINISTRO VALMIR CAMPELO

MEDIDA CAUTELAR

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

Senhor Procurador-Geral,

Na forma do art. 276, § 1º, do Regimento Interno, submeto ao Plenário medida cautelar por mim adotada no dia 7 do corrente mês, em autos de denúncia autuada sob o nº TC-000.658/2011-1.

Versa o processo sobre possíveis irregularidades verificadas no edital de licitação da Concorrência Internacional 010/2010 da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, cujo objeto é a contratação de empresa para execução das obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins.

Conforme exame realizado pela Secob-1, há suspeita de restrição ao caráter competitivo da licitação, sobrepreço de cerca de 46 milhões de reais no orçamento, além de cláusulas em conflito com a lei de licitações e a jurisprudência sumulada desta Corte de Contas.

Vislumbrando os pressupostos do perigo da demora e o potencial risco ao erário, a medida cautelar por mim adotada consistiu em determinar à Infraero que suspenda os atos que representem a continuidade da Concorrência Internacional 010/2010, até que o Tribunal de Contas da União delibere sobre o mérito das questões suscitadas no processo.

A situação fática e os fundamentos que embasam a referida cautelar estão postos no despacho que fiz distribuir previamente a Vossas Excelências e que acompanha esta comunicação. Informo, ainda, que no mesmo despacho determinei a oitiva do senhor Presidente da Infraero.

Essa é a matéria que trago à consideração do Plenário, Senhor Presidente.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 9 de fevereiro de 2011.

VALMIR CAMPELO
Ministro-Relator

TC-000.658/2011-1

Natureza: Denúncia

Interessado: Identidade preservada

Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero

Assunto: Obras de modernização do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins/MG.

DESPACHO

Cuidam os autos de denúncia sobre possíveis irregularidades verificadas no edital de licitação da Concorrência Internacional 010/2010 da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, cujo objeto é a contratação de empresa para execução das obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins.

2. O valor estimado para a obra é de R\$ 294.756.117,22.

3. Assinalo, de plano, que relato o presente feito em razão da matéria ser atinente às obras para a preparação da Copa do Mundo de 2014.

4. O denunciante discorre acerca de possíveis irregularidades concernentes ao impedimento de formação de consórcios e de exigências que inviabilizariam a participação de empresas estrangeiras. Tais circunstâncias materializadas no edital restringiriam o caráter competitivo do certame. Formula ainda, o denunciante, pedido de adoção de medida cautelar tendente à suspensão da concorrência.

5. A auditora da Secob-1 empreendeu o exame da matéria na peça 13, de onde extraio o excerto adiante transcrito, contendo as análises sobre: 1) a matéria denunciada; 2) o pedido de cautelar; 3) indícios de sobrepreço. Também incorporo na transcrição adiante lançada, as propostas de encaminhamento.

“ANÁLISE

13. Tendo em vista, o pedido de medida cautelar para a suspensão do certame, cabe inicialmente analisar a presença do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*, requisitos para concessão de medida cautelar, conforme determina o art. 276 do Regimento Interno do Tribunal.

Análise do fumus boni juris

14. De fato, a proibição de participação de consórcios, a princípio, pode restringir o universo de possíveis participantes no edital analisado. Esse impedimento deve ser analisado em conjunto com os requisitos de habilitação para que se possa inferir se há restrição excessiva ao caráter competitivo do certame analisado.

15. Na habilitação técnica-operacional constante no edital (item 5.5, f), foi determinado que a empresa licitante deve comprovar acervo técnico com os seguintes serviços:

- f.1) execução de estrutura metálica em aço, incluindo pintura, (...);
- f.2) instalação de esquadria com perfis de alumínio e vidro, (...);
- f.3) execução de cobertura com telhas metálicas autoportantes, (...);
- f.4) instalação, ou gerenciamento da instalação, de sistemas e equipamentos eletromecânicos para pontes de embarque, (...);
- f.5) instalação, ou gerenciamento da instalação, de sistemas e equipamentos eletromecânicos para esteiras de transporte automatizado, (...);
- f.6) instalação, ou gerenciamento da instalação, de sistemas e equipamentos eletromecânicos para elevadores de passageiros, (...);
- f.7) execução de subestação rebaixadora, em média tensão, de 15kV e potência mínima de 20MVA, (...).

16. Numa primeira análise, é possível constatar que há cobrança de habilitação em um rol de serviços dispares, que envolvem, em tese, competências distintas e que poderão ser comprovadas por um conjunto de poucas empresas. Conforme afirma o denunciante, os serviços listados nos itens f.4, f.5, e f.6

são comumente terceirizados em obras de engenharia, pois trata-se de serviços especializados, muitas vezes prestados pela própria empresa que fabrica esses equipamentos.

17. Assim, em uma análise expedita, verifica-se que a proibição de participação de consórcios e a habilitação técnica determinada pelo edital, quando verificados em conjunto, realmente tornaram o edital restritivo, prejudicando assim o seu caráter competitivo.

18. Quanto aos itens questionados em relação à habilitação de empresas estrangeiras, o edital assim se posiciona:

'4.1 - b.1) As empresas estrangeiras com subsidiária, filial, agência, escritório, estabelecimento ou agente no Brasil deverão apresentar autorização, mediante decreto ou ato expedido pelo Ministro de Estado Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para funcionar no Brasil, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, e os documentos exigidos neste Edital; e

4.1 - b.2) As empresas estrangeiras que não funcionam no País deverão comprovar que têm representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente e judicialmente e apresentar os documentos equivalentes e os complementares exigidos neste Edital.'

19. Verifica-se que, a princípio, o item 4.1-b.1 não se mostra abusivo, já que a certificação ou autorização exigida é para empresas estrangeiras que já tenham subsidiária, filial, agência, escritório, estabelecimento ou agente no Brasil, ou seja, que já tiveram tempo de providenciar essa documentação para prestar serviços no Brasil. No entanto, faz-se necessário questionar a Infraero sobre qual foi o embasamento legal utilizado para inclusão desse item no edital.

20. O item 4.1-b.2 exige das empresas que não funcionam no Brasil a comprovação de representação legal no Brasil, o que se mostra razoável, já que é necessária essa representação para que se possa responder adequadamente perante a Administração nos atos subsequentes do processo licitatório.

21. Além dos fatos apontados pelo denunciante, foram verificados outros indícios de irregularidades no edital apontado que agravam a situação encontrada.

22. Uma análise preliminar nos preços do orçamento estimativo da licitação (amostra de 48,56%) revela um indicativo de sobrepreço no valor de R\$ 45.988.657,61, o que representa 47,35% sobre o valor de referência da amostra analisada, conforme tabela de análise de preços (peça 12).

23. Também foi verificado que o BDI diferenciado de 23,35% em serviços que se caracterizam basicamente pela aquisição de materiais (peça 8), é apenas 1,15% menor do adotado para a execução de serviços que apresentam percentual relevante de mão de obra (peça 7). Além disso, o percentual adotado de 23,35% está com valor muito acima do considerado aceitável pela jurisprudência do TCU: 13,04% (Acórdão 157/2009-Plenário); e 10% (Acórdãos 1020/2007 e 1600/2003 ambos do Plenário).

24. Voltando à habilitação exigida no certame, nas alíneas e.7 e f.7, são exigidos atestados de comprovação de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional referentes à execução de subestação rebaixadora, em média tensão, de 15kV e potência mínima de 20MVA. No entanto, tal serviço não foi incluído na lista de serviços mais relevantes, conforme curva ABC apresentada no item 1.2 do edital, item atualizado pelo ofício CF n. 1569/DALC(LCLI)/2011 em 20/1/2011 (peça 9).

25. Outra inconsistência a respeito da habilitação foi verificada nas alíneas e.3 e f.3, que exigiram comprovação técnica referente à execução de telhas metálicas autoportantes. Nesse caso, apesar do item constar na lista apresentada de serviços mais relevantes, ele corresponde a apenas 0,44% do valor do contrato, não representado, portanto, parcela significativa do objeto da licitação.

26. Assim, constata-se que essas exigências violam a determinação legal de que a habilitação técnica deve ser limitada exclusivamente às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação, conforme determina o art. 30, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993.

27. Outra incongruência verificada foi a falta de detalhamento da composição unitária do item 02.02.100.02, referente à administração local e manutenção do canteiro (peça 11). O item sozinho está orçado em R\$ 21.863.431,24, o que representa 7,42% do valor total do orçamento (peça 10).

28. Da maneira como a composição unitária foi apresentada não há como avaliar o preço do serviço, já que há itens globais dentro da composição. A título de exemplo, pode-se citar o item "diversos-pessoal", que sozinho está orçado mensalmente em R\$ 280.678,20. Tendo em vista que a previsão é de que a execução dos trabalhos dure 28 meses, o valor total desse item alcança o montante de R\$ 7.858.989,60.

29. Importa registrar que essa irregularidade afronta diretamente o art. 7º, § 2º, II da Lei 8.666/1993, o qual determina que os orçamentos de obras e serviços de engenharia devem expressar de

forma detalhada a composição dos custos unitários de todos os seus itens. Em complemento, a jurisprudência do TCU, consubstanciada na Súmula 258, determina que as composições de custos unitários não podem ser indicados mediante o uso de unidades genéricas.

30. Também foi constatado que a especificação técnica apresentada para o item 10.04.100.03.02.01 da planilha orçamentária (peça 10), conjunto de sistema de segurança e inspeção de bagagens (valor total de R\$ 10.361.400,00), está insuficiente. Essa falha impede a avaliação do preço apontado, bem como impossibilita a correta formação do preço do serviço por parte das licitantes, podendo levar a prejuízos futuros na contratação.

31. Dessa forma, essa falha viola o art. 6º, IX da Lei 8.666/1993 que determina que o projeto básico deve conter o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar o serviço, e também que possibilite a avaliação do seu custo.

32. Conforme o item 7.8.1 do edital, é vedada a subcontratação dos serviços considerados para efeito de atestação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional. A princípio, tal proibição se mostra louvável, já que se mostra incoerente exigir determinada capacidade técnica da empresa para assinar contrato com a Administração, e posteriormente esse serviço ser subcontratado para outra empresa sem a mesma qualificação.

33. Entretanto, observa-se que a referida atestação envolve serviços como instalação de sistemas e equipamentos eletromecânicos para pontes de embarque, esteira de transporte automatizado, elevadores de passageiros; serviços tradicionalmente executados por intermédio de subcontratação. Assim essa proibição pode gerar baixo interesse na contratação, visto que as empresas, impedidas de subcontratar esses serviços especializados, desistam de participar do certame licitatório pela impossibilidade de atendimento dessa exigência.

34. Dessa forma, considerando todos os pontos aqui elencados, constata-se que o conjunto dos problemas verificados, caso não sejam corrigidos ou devidamente justificados, podem levar a grave prejuízo ao erário.

Análise do periculum in mora

35. Conforme constatado no edital da licitação analisada, a entrega das propostas deve ser feita até o dia 21/02/2011, o que demonstra que uma possível demora no trâmite normal do processo poderia acarretar graves prejuízos aos cofres públicos, já que as irregularidades apontadas indicam possível restrição da licitação, bem como sobrepreço no orçamento da licitação.

36. Entretanto, como há prazo suficiente para que seja ouvida a Infraero quanto aos fatos apontados, mostra-se razoável, antes da adoção da medida cautelar, conceder a oitiva prevista no art. 276, §2º do Regimento Interno.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

37. Em face do exposto, encaminham-se os autos à consideração superior, propondo:

37.1. Conhecer a denúncia por cumprir os requisitos necessários constantes nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU;

37.2. Com fulcro no art. 276, § 2º do Regimento Interno do TCU, promover a oitiva prévia da Infraero, para que no prazo de cinco dias úteis apresente seus esclarecimentos acerca dos seguintes fatos verificados na Concorrência Internacional 010/2010:

37.2.1. Restrição ao caráter competitivo do certame devido ao impedimento da participação de consórcios e da habilitação técnica exigida, em desacordo com o art. 3º, § 1º, I da Lei 8.666/93;

37.2.2. Sobrepreço no valor de R\$ 45.988.657,61, no orçamento estimativo do edital, em desacordo com o art. 127 da Lei 12.309/2010;

37.2.3. Adoção de BDI diferenciado em valor superior ao considerado aceitável pela jurisprudência do TCU, conforme Acórdãos 157/2009, 1020/2007 e 1600/2003 todos do Plenário;

37.2.4. Exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional referentes à execução de serviços não relevantes, tais como subestação rebaixadora, em média tensão, de 15kV e potência mínima de 20MVA, e telhas metálicas autoportantes, em desacordo com o art. 30, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993;

37.2.5. Ausência de detalhamento da composição unitária do item "Administração Local e Manutenção do Canteiro", que contempla itens globais, em desacordo com o art. 7º, § 2º, II da Lei 8.666/1993 e a Súmula TCU 258;

37.2.6. Especificação técnica insuficiente para o item 10.04.100.03.02.01, impossibilitando a sua correta cotação, em desacordo com o art. 6º, IX da Lei 8.666/1993;

37.2.7. Vedação à subcontratação de serviços tradicionalmente terceirizados, o que pode levar ao baixo interesse das empresas, prejudicando a competitividade do certame, em desacordo com o art. 3º, §

1º, I da Lei nº 8.666/93;

37.2.8. Exigências para habilitação de empresa estrangeira, em especial o item 4.1/b.1, sem indicação da fundamentação legal;

37.3. Dar conhecimento desta decisão ao denunciante.”

6. O diretor e o titular da Secob-1 manifestam-se de acordo com as propostas da AUFC (peças 14 e 15).

7. Inicialmente, aduzo que a denúncia pode ser conhecida, eis que preenche os requisitos legais e regimentais aplicáveis à espécie.

8. Cumpro, nesta oportunidade, decidir acerca da adoção da medida cautelar requerida na peça inicial e das demais propostas de encaminhamento sugeridas pela unidade técnica.

9. Tenho por presente os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni juris* para decidir, de imediato e *inaudita altera pars*, pela suspensão cautelar do procedimento licitatório sob exame.

10. A análise preliminar da unidade técnica elenca várias possíveis irregularidades no edital denunciado, atinentes à restrição ao caráter competitivo da licitação e à presença de sobrepreço, além de outras inconsistências. Em resumo, os seguintes indícios são apontados:

a) proibição de participação de consórcios o que, a princípio, pode restringir o universo de possíveis participantes;

b) exigência de habilitação técnica para parcelas da obra que não são materialmente relevantes, em afronta ao art. 30, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993;

c) falta de detalhamento da composição unitária do item referente à administração local, em desacordo com o art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e Súmula/TCU 258;

d) previsão de BDI excessivo para itens de mero fornecimento de materiais, em desacordo com a Súmula/TCU 253;

e) sobrepreço de 47,35% revelado em análise preliminar da unidade técnica, em amostra de 48,56 do orçamento, representando em termos absolutos o valor de R\$ 45.988.657,61 acima dos preços de referência;

f) exigência para habilitação de empresa estrangeira sem indicação da fundamentação legal;

g) especificação técnica insuficiente do sistema de segurança e inspeção de bagagens, o que impossibilita a correta formação de preço nas propostas dos licitantes, caracterizando falha na elaboração do projeto básico.

11. Entre as possíveis irregularidades apontadas pela Secob-1 ao examinar o edital, considero que constitui grave ameaça de dano ao erário as possíveis irregularidades editalícias que podem dar azo a sobrepreço de R\$ 46 milhões, conforme estimativa preliminar da unidade especializada, ao analisar amostra de cerca de 50% do orçamento.

12. Ademais, também impressionam as previsões do edital em confronto com a lei e a jurisprudência desta Casa, tais como a previsão de BDI excessivo para itens de mero fornecimento e a falta de detalhamento da composição unitária de item relevante do empreendimento, além das cláusulas potencialmente restritivas ao caráter competitivo do certame, conforme já apontado em linhas acima.

13. Assim, no que tange à fumaça do bom direito, entendo que neste momento de cognição sumária, estão presentes os requisitos que reclamam a adoção de medida cautelar tendente à suspensão da concorrência em curso na Infraero.

14. Quanto ao *periculum in mora*, a Secob-1 entende que, como a previsão para entrega das propostas é no dia 21 próximo, haveria tempo suficiente para a realização da oitiva prévia da Infraero, antes de se decidir pela adoção da medida de urgência.

15. Entendo de forma diferente.

16. Percebo que, a se confirmar a gravidade das irregularidades presentes no edital, o risco de dano ao erário é expressivo.

17. Decidindo-se pela oitiva prévia, muito provavelmente no mínimo 10 dias transcorreriam entre a comunicação aos interessados e a análise das justificativas que, caso não se mostrem suficientes para elidir os indícios de irregularidades, praticamente resultaria, em termos de prazo, na data final para a entrega das propostas, podendo inclusive, comprometer a eficácia de ulterior providência acautelatória.

18. Dessa forma, sopesando o potencial risco de dano ao erário que o prosseguimento da licitação em causa pode vir a consumir com o perigo da demora em se postergar a decisão pela suspensão do certame, entendo que possa ser desde logo adotada essa providência.

19. Ademais, considero que a imediata oitiva da entidade acerca dos motivos que ensejam a determinação cautelar se traduz em medida mais célere no intuito de se buscar a correção das falhas editalícias, caso se confirmem no exame de mérito, o que viabilizará a solução dos problemas e evitará atrasos deletérios em obra sensível como a que se examina, no caso, voltada para a infraestrutura necessária aos eventos da Copa do Mundo de 2014. Ao contrário, decidir pela paralisação do certame em momento posterior significará maior dispêndio de tempo e esforços na análise da justificativa prévia e de novas justificativas subsequentes à possível decisão acautelatória a ser adotada em fase adiante dos autos. Além disso, não se pode olvidar o risco de que o tempo exíguo até a abertura das propostas venha a gerar atos que afetem direitos de terceiros, no caso, a eventual empresa vencedora, situação que amplifica a complexidade do processo, em prejuízo ao rápido deslinde do caso.

20. Ante o exposto, e considerando que se revelam presentes o *periculum in mora* e o *fumus boni juris*, decido:

a) conhecer da denúncia;

b) determinar cautelarmente, com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 276, *caput*, do Regimento Interno deste Tribunal, à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero que suspenda, até que o Tribunal decida sobre o mérito das questões suscitadas nestes autos, todos os atos que representem a continuidade da Concorrência Internacional 010/2010, cujo objeto é a contratação de empresa para execução das obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins;

c) determinar à Secob-1 que:

c.1) nos termos do art. 276, § 3º, do RITCU, promova a oitiva da Infraero, na pessoa do Presidente daquela entidade, para que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias apresente suas justificativas acerca dos indícios de irregularidades que motivam a adoção da medida cautelar acima determinada, e em especial para que se manifeste sobre os pontos elencados pela unidade técnica em sua proposta de encaminhamento;

c.2. ao promover a oitiva acima determinada, envie ao destinatário cópias de todos os elementos dos autos necessários à perfeita compreensão da matéria;

c.3) realize todas as diligências e inspeções que se façam necessárias para a apuração da denúncia em apreço, nos termos do art. 125 da Resolução TCU nº 191/2006;

c.4) dê imediata ciência do decidido neste despacho à Infraero e ao denunciante.

À Secob-1, para as providências a seu cargo e instrução, com a celeridade que o caso requer.

TCU, Gabinete, em 7 de fevereiro de 2011.

VALMIR CAMPELO
Ministro-Relator



16

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 34, quinta-feira, 17 de fevereiro de 2011

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL DIRETORIA TÉCNICO-INDUSTRIAL UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ITAJUBÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 58/2011

Nº Processo: 2011/DL000058. Objeto: Aquisição de material refratário para forno industrial. -Tipo refratário alta alumina AL2 O3 50% min.-Tipo refratário alta alumina AL2 O3 50% mi-Agromassa refratária alumina AL2 O3 50% min.-Concreto refratário alumina AL2 O3 80% min. -Concreto refratário sílica alumina AL2 O3 45% min. -Tipo refratário cunha. Dim. 229x114x76-51. Total de Itens Licitados: 00006. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Justificativa: Reforço imediato da estrutura refratária do forno industrial da IMBEL/PI. (Declaração de Dispensa em 18/01/2011). PAULO ROBERTO COSTA, Ordenador de Despesa. Ratificação em 14/02/2011. FRANCISCO DE ASSIS ABRAO, Diretor vice-presidente. Valor: R\$ 21.314,00. Contratada: INUTECH IBAF FIBRAS CERAMICAS LTDA. Valor: R\$ 21.314,00.

(SIDEF - 16/02/2011) 168005-16501-2011NE000017

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2011

Nº Processo: 2011/ND000020. Objeto: Aquisição de Vela Transporte urbano p/ os funcionários da IMBEL/PI referente ao mês Fevereiro de 2011 a Dezembro de 2011. PC Nº 20.141. CONTRATO Nº 0020-S-2011. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93. Justificativa: Atender o transporte urbano dos Funcionários da IMBEL/PI, no período de fevereiro a dezembro de 2011. Declaração de Inexigibilidade em 31/01/2011. PAULO ROBERTO COSTA, Ordenador de Despesa. Ratificação em 11/02/2011. FRANCISCO DE ASSIS ABRAO, Diretor vice-presidente. Valor: R\$ 331.333,20. Contratada: EXPRESSO VALONIA LTDA. Valor: R\$ 331.333,20.

(SIDEF - 16/02/2011) 168005-16501-2011NE000017

UNIDADE DE PRODUÇÃO DE MAQUÊ FABRICA DA ESTRELA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2011

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de insumos para impressão e sustentabilidade de acessórios, para uso de Imbel - Fábrica da Estrela. Total de Itens Licitados: 00012. Edital: 17/02/2011 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 16h00. ENDEREÇO: Rua Marchal Augusto Mendes de Moraes S/N Vila Iohannina - MAGE - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 17/02/2011 às 09:00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/03/2011 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

ANDRÉ LUIS CARVALHAL MENEZES
Presidente

(SIDEF - 16/02/2011) 168008-16501-2011NE000017

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA PROCURADORIA JURÍDICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 003-BG-2011/0014 (TC Nº 080/EG/2008/0014). CONTRATANTE: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO. Representantes: Diretor de Engenharia e Meio Ambiente, Jaime Henrique Caldas Faria e o Superintendente da Regional do Nordeste, Fernando Nêcio da Cunha Filho. CONTRATADA: MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A. Representantes: Ségismar Pegoto e Adágio de Sales Abreu Filho. OBJETO: Desconstituição do Contrato MPE/Hexagonal por intermédio da exclusão da empresa Hexagonal, constituindo doravante a empresa MPE como a única contratada no TC Nº 080-EG/2008/0014. Data de Assinatura: 04/02/2011.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SISTEMAS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/DALC/SEDE2011

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de 171 produtos. Horário, data, e local de abertura: às 09:00 horas, do dia 01 de março de 2011, no site <http://licitacoes-e.com.br>. O Edital poderá ser obtido a partir da publicação deste aviso, nos seguintes endereços eletrônicos: <http://licitacoes-e.com.br>, <http://licitacoes-e.com.br>, <http://licitacoes-e.com.br> e <http://licitacoes-e.com.br>. Informações: Coordenação de Compras e Sistemas/CLC1-2. Tel: (61) 3312-3386/3312-3352 ou fax (61) 3312-3214.

PATRICIA MENDOZA CIDEA INNECCO
Coordenadora

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/licitacoes.html>, pelo código 0003201102170016

COORDENAÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

AVISO CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 10/DALC/SEDE2011

Concomitante a VS* que a INFRAERO está procedendo adequação no Edital da Concorrência Internacional nº 010/DALC/SEDE2010. Concluídos os ajustes no instrumento convocatório será definida a nova data de abertura da sessão pública. Informações: Tel: (61) 3312-2573.

JOSÉ ANTONIO PESSOA NETO
Superintendente de Licitações

DIRETORIA EXECUTIVA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS - GOVERNADOR ANDRÉ FRANCO MONTORO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 02.2010.024.0032. Concedente: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO; Representante Legal: Marcia Regina Gouveia Ribeiro Vinazzo - Gerente Regional Comercial e Logística de Carga - Adriana Cristina Alves Trois - Coordenadora de Contratos Comerciais em exercício; Dependência: Aeroporto de São Paulo/Congonhas. Concessionário: BANCO DO BRASIL S.A. - Representante Legal: Francisco José Lucena Jacobina - Gerente; Objeto: Concessão de uso de 01 (uma) área destinada à instalação e operação de 01 (um) terminal de Auto-Atendimento Bancário - Tipo 24 horas, localizado no saguão central, Piso térreo do Terminal de Passageiros do Aeroporto de São Paulo / Congonhas-SBS. Valor Global: R\$ 3.420.000,00; Vigência: 04.02.2011 a 03.02.2016; Data da Assinatura: 04.02.2011; Fundamento Legal: dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e Resoluções nº115, de 22/09/2009 - ANAC, publicada em 23/09/2009.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 4/ADSP-4/SBGR/2011

Objeto: "Contratação de empresa para execução de serviço com fornecimento de materiais para substituição de iluminação do tipo zoom por led, com troca dos arcondes dos painéis laterais dos terminais 1 e 2, prédio da interligação (lado estacionamento) e barreiras do lado "B" (passo) do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro", às 09 horas, do dia 10 de março de 2011, na Sala de Reuniões da Superintendência Regional de São Paulo, localizada na Rua General Pantaleão Teles, nº 40 - 3º andar, São Paulo/SP. O Edital poderá ser retirado a partir da publicação deste aviso, no endereço anteriormente mencionado, na Coordenação de Licitações - 2º andar, mediante apresentação de recolhimento de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) ou retido, sem ônus, no site <http://www.infraero.gov.br/portal/licitacoes>. Informações: Coordenação de Licitações da Superintendência Regional de São Paulo - Tel: (11) 5033-6204 / 6207 ou Fax: (11) 5033-3789.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/ADSP-4/SBSP/2011

Objeto: "Concessão de uso de área, para atendimento aos passageiros de empresa aérea com destino, por meio de ônibus, ao Aeroporto Internacional de Viracopos / Campinas - SP, localizada no Aeroporto de São Paulo / Congonhas - SP". Horário, data e local de abertura: às 09 horas, do dia 02 de março de 2011, na Sala de Reuniões da Superintendência Regional de São Paulo, localizada na Rua General Pantaleão Teles, nº 40 - São Paulo/SP. O Edital poderá ser retirado a partir da publicação deste aviso, no endereço anteriormente mencionado, na Coordenação de Licitações - 2º andar, mediante apresentação de recolhimento de R\$ 20,00 (vinte reais) ou retido, sem ônus, no site <http://www.infraero.gov.br/portal/licitacoes>. Informações: Coordenação de Licitações da Superintendência Regional de São Paulo - Tel: (11) 5033-6205 / 3708 ou Fax: (11) 5033-3789.

VANESSA PALOMBO S. RODRIGUES
Coordenadora de Licitações

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/ADSP-4/SBGR/2011

A INFRAERO torna público o Resultado de Julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados na TOMADA DE PREÇOS Nº 002/ADSP-4/SBGR/2011. Licitantes Inabilitados: GRW COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA; NUCLEOTECH INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE AUTOMACÃO DE MATERIAIS LTDA; DBMATIC SISTEMAS DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS LTDA. Diante do exposto resolve aplicar o Artigo 48 - Inciso I, § 3º da Lei 8666/93, em 08 (oito) dias úteis, após a publicação do resultado deste julgamento, para apresentação de uma proposta esmiuçada das causas que ensejaram a desclassificação. A ata da reunião encontra-se disponível na Coordenação de Licitações da Superintendência Regional de São Paulo ou retido no site <http://www.infraero.gov.br/portal/licitacoes>. Informações pelo Tel: (11) 5033-6204 ou Fax: (11) 5033-3789 ou endereço eletrônico licitacoes@infraero.gov.br.

CARLOS EDUARDO DE SOUSA
Presidente do Comissão de Licitação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CENTRO-LESTE AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR - DEP. LUIS EDUARDO MAGALHÃES

EXTRATO DE CONTRATO

Termo de Contrato: nº. 0003-ME/2011/0015. Contratante: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero. Representantes: Manoel Henrique Cardoso Bandeira - Gerente de Operações, Segurança e Manutenção, e Waldir Ferreira Santos - Coordenador Regional de Gestão da Manutenção. Dependência: Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães. Contratada: PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. Representante: Roque Antônio Nunes. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de unidade refrigeração de líquido de condensação a água com compressor centrífugo (CHILLER) para o sistema de refrigeração do Aeroporto Internacional de Salvador. Prazo de vigência: 210 dias corridos, contados a partir da data de recebimento, pela contratada, da Ordem de Fornecimento. Programa Organizatório: 13.02.001-2/CE 20513-0. Valor Global: R\$ 583.000,00. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico Nº 031ADCE-3/SRCE/2010. Fundamento legal: RLCI, Decreto 5.450/2005, Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 18/01/2011.

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/ADCE-3/SRCE/2010

A INFRAERO comunica aos interessados que a data de abertura do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/ADCE-3/SRCE/2010, inicialmente prevista para o dia 15/02/2011, foi alterada para o dia 01/03/2011 no mesmo local, às 10h00 (horas locais). Informações: a Coordenação de Licitações - Tel: (71) 3204-1239/539. Fax: (71) 3204-1245 ou endereço eletrônico <http://licitacoes.infraero.gov.br/portal/licitacoes>.

DIANA CARNEIRO RIBEIRO DE ANDRADE
Coordenadora de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/ADCE-3/SRCE/2010

Objeto: Concessão de Uso de 20 (vinte) Pontos de Publicidade, distribuídos em 20 lotes, identificados como lotes 22, 23, 66, 101 a 114 e 122 a 124 do plano de publicidade, localizados no Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães - Piso Térreo - Áreas Públicas e Restritas - conforme croquis em anexo, destinados à exploração comercial da atividade de Publicidade Própria e de Terceiros. Local, data e horário de abertura: no Auditório da Superintendência do Aeroporto, localizado no 3º pavimento (cobertura) do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães, em Salvador-BA, às 14 horas, horário local, do dia 02 de março de 2011. O Edital poderá ser obtido a partir da publicação deste aviso, no seguinte endereço eletrônico: <http://licitacoes.infraero.gov.br/portal/licitacoes> ou na Coordenação de Licitações. Informações: Coordenação de Licitações. Tel: (0xx71) 3204-1239/539, fax: (0xx71) 3204-1245, ou pelo e-mail: licitacoes.unv@infraero.gov.br.

DIANA CARNEIRO RIBEIRO DE ANDRADE
Coordenadora de Licitações

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/ADCE-3/SRCE/2010. A INFRAERO torna pública a Ata de Registro de Preços nº 008/ADCE-3/SRCE/2011 relativa ao PC nº 146/ADCE-3/SRCE/2010, contendo o preço registrado, pela empresa: RD REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, pelo valor global de R\$ 18.720,00 (dezoito mil e setecentos e vinte reais). Vigência: 12 meses, a contar de 17 de fevereiro de 2011. A ata está disponível no endereço: <http://www.infraero.gov.br> e na Coordenação de Licitações. Informações: tel: (71) 3204-1239/539 ou fax: (71) 3204-1245.

DIANA CARNEIRO RIBEIRO DE ANDRADE
Coordenadora de Licitações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO NORDESTE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 0004/ADNE/SUNT/2011. Objeto: Utilização de facilidade de acesso de veículos em área controlada elevada do portão "A" do Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Paracambi/RN, destinado única e exclusivamente para o transporte compartilhado de malotes (TOM) da FEBRABAN - Federação Brasileira Associação de Bancos. Contratado: JAD TAXI AEREO LTDA - CNPJ: 02.012.835/0001-80, pelo valor global de R\$ 312.600,00 (trezentos e doze mil e seiscentos reais). Prazo Contratual: 60 (sessenta) meses. Fundamento legal: Art. 35 do Regulamento de Licitações e Contratos da INFRAERO. Assinatura: Em 15/02/2011, por Rosete Lira Calife, no impedimento de André Almeida Couto Aires Resende, Gerente Regional Comercial e Logística de Carga. Ratificação: Em 15/02/2011, por Carlos Fernando C. do Melo no impedimento de Fernando Nêcio da Cunha Filho, Superintendente Regional do Nordeste.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº**

51, de 2011 (nº 58/2011, na origem), da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Cláudio Passos Simão* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM
Nº 51, DE 2011
(nº 58/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor CLÁUDIO PASSOS SIMÃO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Brasília, 3 de março de 2011.



CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS:

- Nome: Cláudio Passos Simão
- Filiação: Hugo Lousada Simão e Maria Auxiliadora Passos Simão
- Nascimento: 30/03/1959
- Naturalidade: Rio de Janeiro, RJ
- CREA-RJ 84-1-05218-3-D / Registro CREA-SP 0500052189
- Estado Civil: Casado, 3 filhos
- CPF: 016.204.838-66

2. CARGO ATUAL:

- Diretor, ANAC – Rio de Janeiro, desde outubro de 2009.

3. FUNÇÕES DESEMPENHADAS:

- Superintendente de Aeronavegabilidade, ANAC – Rio de Janeiro, desde agosto de 2008.
- Gerente-Geral de Certificação de Produtos Aeronáuticos, ANAC – São José dos Campos, desde abril 2006.
- Assessor da Divisão de Certificação de Aviação Civil (CAvC) – CTA/IFI – São José dos Campos, 2005 a 2006
- Chefe da Divisão de Homologação Aeronáutica (FDH) / Divisão de Certificação de Aviação Civil (CAvC) – CTA/IFI – São José dos Campos, 2002 a 2005
- Membro brasileiro oficialmente designado no Painel de Aeronavegabilidade ("Airworthiness Panel – AIRP") da OACI – Montreal, desde 2002
- Chefe da Assessoria de Homologação Suplementar de Tipo – Divisão de Homologação Aeronáutica, CTA/IFI – São José dos Campos, 1997 a 2001
- Instrutor do Curso de Ensaios em Voo, CTA-IAE-Divisão de Ensaios em Voo – São José dos Campos, maio 1996/maio 1998/maio 1999/maio 2000
- Chefe da Assessoria de Regulamentação e Aeronavegabilidade – Divisão de Homologação Aeronáutica, CTA/IFI – São José dos Campos, 1995 a 2001
- Engenheiro de Prova – Divisão de Homologação Aeronáutica, CTA/IFI – São José dos Campos, 1992 a 1997
- Engenheiro da Subdivisão de Performance – Divisão de Homologação Aeronáutica, CTA/IFI – São José dos Campos, 1991 a 1997
- Chefe da Seção de Regulamentação – Divisão de Aeronavegabilidade, DAC/STE – Rio de Janeiro, 1988 a 1990
- Membro brasileiro oficialmente designado no Painel de Aeronavegabilidade Continuada ("Continuing Airworthiness Panel – CAP") – OACI – Montreal, 1987 a 1990

- Instrutor do Instituto de Aviação Civil, DAC – Rio de Janeiro, 1987 a 2004
- Engenheiro da Seção de Assessoria Técnica – Divisão de Aeronaves e Manutenção, DAC/STF – Rio de Janeiro, 1984 a 1987
- Oficial Engenheiro da Força Aérea Brasileira – 1981-2005
- Piloto de Planador – Academia da Força Aérea – Pirassununga, 1978

4. FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Especialização em Ensaios em Voo – CTA/IAE, 1991
- Engenharia Aeronáutica – CTA/ITA, 1983

5. FORMAÇÃO MILITAR:

- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO), 1995
- Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (CPORAER-SJ) – São José dos Campos, 1981
- Escola Preparatória de Cadetes do Ar – Barbacena, 1976

6. COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL:

- Gerenciamento das Atividades no Setor Público – Escola Federal de Administração Fazendária (ESAF) – São José dos Campos, 2005
- “Aircraft Certification Systems Evaluation Program (ACSEP) - FAA Academy” – São José dos Campos, 1997
- Primeiro Curso de Familiarização para Pilotos com o EMB-145 – Embraer – São José dos Campos, 1995
- Primeiro Curso de Familiarização Geral para Pilotos com o EMB-312H “Super Tucano” – Embraer – São José dos Campos, 1994
- Sistemas Automáticos de Controle de Voo – CTA/ITA – São José dos Campos, 1992
- “737-300/400/500 Specific Performance Engineering Course” – Boeing – Seattle, 1990
- “General Performance Engineering & Performance Engineer Operations Course” – Boeing – Seattle, 1990
- “Flight Test Principles and Practices – Kansas University” – Lawrence, 1988
- “Non-Destructive Testing” – “Aerospace Inspection Training” – Norwich, 1987
- “Aircraft Maintenance Reliability Programs - FAA Academy” – Oklahoma City, 1986

Cláudio Passos Simão

Aviso nº 59 - C. Civil.

Brasília, 3 de março de 2011.

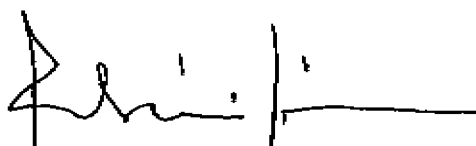
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CLÁUDIO PASSOS SIMÃO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Atenciosamente,



ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Quero aproveitar, ao abrir esta sessão, antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, para fazer uma homenagem aqui a todas as trabalhadoras do Senado, às nossas funcionárias, às pessoas que estão aqui nos ajudando, em nome da Claudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa, e agradecer muitíssimo ao Senador Mozarildo, que me deu a honra de abrir esta sessão em homenagem às mulheres.

Muito obrigada, Senador.

O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidenta, apenas para pedir a V. Ex^a para me inscrever para falar pela Liderança do PRB.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Pois não.

Com a palavra o Senador Paulo Paim e, logo em seguida, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Gleisi, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Crivella, Senador Alvaro Dias, que se encontra também na Casa, Sr^a Presidenta, como já fizemos aqui uma sessão de homenagem à mulher, ontem, dia 8 de março, no dia de hoje eu quero apenas cumprimentar, na figura de V. Ex^a, todas as mulheres do Brasil: brancas, negras, índias, ciganas, enfim, todas as mulheres do nosso querido País.

Mas, Sr^a Presidenta, eu inicio a minha fala, no dia de hoje, encaminhando à Mesa, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado, requerimento de voto de pesar pelo falecimento das 27 vítimas do acidente rodoviário ocorrido na BR-282, em Santa Catarina.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão de luto. Na madrugada de sábado, por volta das três horas, na BR-282, no Oeste catarinense, em Descanso, entre os Municípios de São Miguel do Oeste e Maravilha, um acidente entre uma carreta e um ônibus causou a morte de 27 pessoas.

Chocou o Rio Grande e chocou o Brasil. O ônibus levava uma equipe de bolão, do Município de Santo Cristo, lá no meu Rio Grande. Eles iam disputar uma partida amistosa no Paraná, disse-me o Deputado Elvino Bohn Gass. Os passageiros eram todos ou parentes ou amigos, que são quase como parentes. A tragédia chocou a comunidade de Linha Salto, interior

do Santo Cristo, formada por pequenos agricultores e comerciantes.

As Prefeituras de Santo Cristo e Santa Rosa e o Governador do Rio Grande, Tarso Genro, e o Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, decretaram luto oficial de três dias.

Sr. Presidente, passo a ler aqui, de forma simbólica, mas de muita solidariedade aos familiares, o nome dos falecidos: José Lauri Schuster, Vanderlei José Kuhn, João Marcelo da Silva, Moacir José Kramer, Paulo Cezar Bocorni, Claudio Schuster, Nolar Odilo Loebens, Ari Weimer, Antoninho Sessi, João Irineu Bamberg., Jilvani dos Santos, Dionísio Frohlich, Keli Regina Kraemer, Silvino Diell, Ildo José Schmidt, Marlene Puhl Bocorni, Marilei Ester Escher, Claudino João Bocorni, Marli Ângela Ickert, Alceu José Kraemer, Marlise Schimdt, Liane Lúcia Loebens Bocorni, Eloi Bucorni, Charles Eziquel Kraemmer, Luciano André Hoffman, Fernando Zanetti Furtado, Saionara da Silva Rocha.

Sr. Presidente, neste momento de muita dor para a Região Sul, para os familiares, peço a V. Ex^a, respeitosamente, que esta Casa aprove voto de pesar pelo falecimento desses homens e mulheres, independentemente da idade, todos jovens, eu diria, que perderam a vida. Pediria que o voto de pesar fosse encaminhado para a Prefeitura de Santo Cristo, Rio Grande do Sul, Rua 25 de julho, 133, Santo Cristo, e que fosse remetido também ao Deputado Federal que é uma marca naquela região, Elvino Bohn Gass.

Encaminhado esse voto de solidariedade e de pesar, passo, Sr. Presidente, em outra linha, a falar um pouco do que foi o momento que vivi neste fim de semana, quando recebi, no Rio de Janeiro, na sexta-feira, a homenagem do Bloco dos Aposentados.

Eu diria, Sr. Presidente, que há momentos em nossas vidas que são inesquecíveis. Há aquele momento que a gente faz questão de guardar com todo carinho e com todo cuidado, eu diria, lá no canto do coração. Quem não teve um desses dias ainda! Deveria ter! Eu sei e nós sabemos como isso é gostoso, como é prazeroso.

São as aquarelas de sonhos e fantasias pintadas pela luz divina que nos ilumina em forma de poesia. E talvez, agora, eu possa entender um pouco mais García Márquez, quando disse: “É essa a energia secreta da vida cotidiana, que cozinha seus grãos e contagia o amor e repete as imagens nos espelhos”.

Sr. Presidente, nessa sexta-feira, dia 4 de março, eu, pela primeira vez, tive o privilégio de conhecer o carnaval da cidade maravilhosa. O Bloco dos Aposentados do Rio de Janeiro me recebeu com o tema de seu samba enredo “O Pai dos Aposentados”. Foi

homenageado por eles. Abracei, cantei, pulei, sorri e chorei. Senti-me, Sr. Presidente, mais do que nunca, vivo, muito vivo, pelas bandeiras que eles defendem em âmbito nacional, e que nós, não somente eu, defendemos aqui, no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, por volta das 16:00 horas, a concentração se iniciou no Largo da Candelária. Uma chuva fina, fina, muito fina começou a cair. Estavam ali centenas de aposentados e pensionistas prontos para iniciar o desfile pela Avenida Rio Branco até a Cinelândia. Sr. Presidente, a maioria deles era homens e mulheres de cabelos brancos, com idade entre 60 e 80 anos. Confesso que foi uma enorme satisfação, ao perceber a alegria dessa gente. Eles eram contagiantes. Estavam felizes, exemplos de crianças brincando, assoviando, pulando corda, cantando, atirando confete, serpentina, sambando e protestando de forma leve e solta.

Às 17:00 horas, começou o desfile em direção à Cinelândia. A Avenida Rio Branco estava completamente tomada por mais de mil aposentados, carros e ônibus. O trânsito parou. Já éramos, como eu dizia, mais de mil pessoas. Enquanto desfilávamos ao som da bateria, muitos perguntavam: – E aí Senador, como fica o nosso vencimento em janeiro? Em janeiro, o salário mínimo deve receber em torno de 14%, e nós só receberemos a inflação, será menos que a metade? E ainda perguntavam: – E o fator previdenciário muda ou não?

Respondi a todos com o respeito que eles merecem. Eu disse a eles, meu Presidente: “Falei com a Presidenta Dilma, e ela abrirá a discussão sobre os dois temas”. Particularmente, vou ter uma reunião, na próxima quinta-feira, às 17h30, com o Ministro Garibaldi Alves. Para alegria nossa, vi nos jornais de hoje que a Presidenta Dilma reunirá as Centrais Sindicais na sexta-feira e, como disse o Ministro Gilberto Carvalho, com uma pauta livre. Como é pauta livre – e vi nos jornais –, com certeza, haverá lá discussão sobre a situação dos aposentados e também sobre a situação do fator.

Confirmo o que a Presidenta Dilma nos disse: “Depois do carnaval, Paim, vou receber as Centrais e, em seguida, a Cobap. O Ministro Gilberto Carvalho estará junto”.

Fiquei feliz com essa posição clara e nítida da Presidenta. Mas, quando eu falava para cada um que as negociações iam se iniciar, eu percebia que a esperança se renovava, pela expressão do rosto de cada um que estava na avenida. Havia brilho nos olhos de cada homem e de cada mulher, um brilho que, talvez, muitos jovens não consigam compreender. Mas ali estava a energia da sabedoria que só o tempo nos traz.

Aí, Sr. Presidente, lá fomos nós pelo asfalto da avenida rumo à Cinelândia. As nuvens se emocionaram mais uma vez lá em cima e começaram a chorar, vendo aquele povo sofrido, mas alegre, corajoso, tenaz. Assim, a chuva caía sobre nós, refrescando os nossos corpos e a nossa mente. O clima era de alegria. Olhando o passado, era como se fôssemos crianças, cantando, sambando e sendo abençoados pelas lágrimas que vinham lá do céu, sendo abençoados por Deus.

O samba “O Pai dos Aposentados” é de autoria dos compositores Ney do Pagode, Jesus, Paulinho Tamborim e Geraldo Santa Rita, que estavam lá. É uma homenagem ao nosso trabalho e aos aposentados e pensionistas, também demonstrando que eles acreditam na Presidenta Dilma.

O que diz o samba? Vou apenas ler a letra, não vou cantar. Se fosse a Ideli Salvatti, nossa Ministra, sei que ela cantaria, pois ela canta muito bem – parece-me até que ela desfilou em duas ou três escolas lá no seu Estado. Mas, diz a letra:

Estamos juntos
Agarrados, misturados e embolados
Federação, Cobap e Associações,
Com Paulo Paim abençoado
Um laço forte de união
Com o pai dos aposentados

No entra e sai do governo
Meu benefício ele corrói
I.N.S.O.S.
Aposentado não quer ser super-herói

Senador Paulo Paim
O porta-voz dos aposentados
Este ser iluminado
Vem mostrando o seu valor
Lado a lado com os aposentados
O idealista, guerreiro e lutador

Aqui o samba pegava mais força.
Alô, Dilma, faça por nós
O que os outros não fizeram
Políticos levaram sessenta

Aí é que pegava mais. Vou repetir:

Alô, Dilma, faça por nós
O que os outros não fizeram
Políticos levaram sessenta
Neste país, o aposentado senta.

Acho que foi um humor muito bem colocado, lembrando o aumento que os políticos ganharam no País. E os aposentados estão na esperança de que a Presidenta Dilma atenda as suas reivindicações.

Sr. Presidente, o bloco já era um coral único de vozes ecoando pela Rio Branco, quando fizemos a primeira parada. Ali os organizadores pediram que eu falasse para todo aquele povo que se engarrafava entre a avenida e suas travessas. Subi no carro de som. O jovem mestre da bateria orientou a parada dos tambores e pediu o silêncio dos instrumentos. Um jovem, em seu tamborim, deu a última batida e também parou. Aí um veterano, na avenida, gritou: “Fala, fala, Senador!”

Agradei a todos por aquele momento tão bonito. Estavam ali, na minha frente, representantes de vários sindicatos, categorias, federações, confederações, centrais, Cobap e o povo, no asfalto e nas calçadas, olhando curiosamente aquela cena. E eu disse:

Meus amigos, este é um momento histórico. Estamos aqui na avenida Rio Branco, no centro da cidade maravilhosa, a eterna capital do Brasil. Estamos dançando, cantando, mas também protestando.

Queremos que todos saibam, principalmente a cúpula dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, que nós só queremos uma política de valorização dos aposentados e pensionistas e construir uma alternativa ao fator previdenciário. Se isso não acontecer, todos os aposentados, ao longo do tempo, terão seus benefícios reduzidos a um salário mínimo, e o fator previdenciário continuará confiscando a metade dos benefícios já na concessão.

Queremos igualdade de direitos e deveres, pois os três Poderes que aqui citei se aposentam integralmente, sem o fator e ainda possuem a paridade plena.

Meus amigos, esta é a primeira das tantas jornadas que faremos por este País. Esta é uma pressão legítima e democrática para que todos olhem para aqueles que construíram esta Nação.

Nós queremos que os brasileiros do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul saibam que nós vamos lutar até o fim na busca da justiça social. Queremos que lá, na floresta amazônica, na caatinga, no cerrado, no pampa e no litoral, a voz dos idosos e dos aposentados seja ouvida. Todos terão que saber que homens e mulheres de cabelos brancos se levantam em um jornada cívica por seus direitos.

Como é bom ver essa manifestação. Como é bom ver aqui trabalhadores de todas as categorias, aposentados e pensionistas. Como é bom ver que alguns que não entendiam, no início, hoje já aceitam, já entendem

que essa luta é uma luta de todos, de quem está na ativa e de quem está aposentado. Quem está na ativa hoje é o aposentado de amanhã, que vai perder a metade do seu salário com o famigerado fator.

O trabalhador de hoje, Sr. Presidente, sonha ter apenas uma aposentadoria decente. Na verdade, eu disse na avenida que nós não somos só mil, 1,2 mil; nós somos milhões que, de uma forma ou de outra, estão a aplaudir essa bela caminhada.

Vocês sabem como ninguém que a vida nos ensinou que o caminho nós fazemos caminhando.

Viva o Rio de Janeiro! Viva o povo do Rio de Janeiro! Esses brasileiros de todas as etnias, negros, brancos, orientais, índios, ciganos, neste momento, essa avenida representa a história de toda a nossa gente.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Terminei ali o meu pronunciamento. Vou passar em seguida a V. Ex^a, Senador Crivella, só vou concluir este raciocínio.

Eu diria aqui, descrevendo: naquele momento, a batucada volta. O mestre chama a bateria. E lá fomos nós de novo, como crianças, pela avenida, eu em cima do carro do som, a chuva fina, muito fina, continuava caindo, acariciando todos, substituindo o suor pela água límpida que caía do céu. A letra do samba parecia que explodia com mais força na voz de cada homem, de cada mulher, ali, no Rio de Janeiro. O tráfego para totalmente, como se os ônibus e os carros dissessem: “Abram alas para que os homens e mulheres de cabelos brancos possam passar”. Chegamos à Cinelândia, lá encontramos aí, sim, milhares de pessoas que participavam de outros blocos. Mais uma vez, os puxadores do samba calaram-se, o jovem mestre da bateria fez a homenagem final. Uns diziam; “Foi lindo”; outros diziam: “Valeu a pena, foi demais!” E alguém falou: “Agradece, agradece a esse povo, Senador”. Peguei o microfone e, mais uma vez, sabia eu que eu não poderia transformar, Senador Crivella, aquela manifestação quase que espontânea e legítima num comício. Tinha eu esta clareza: aquilo não era um comício; era uma caminhada espontânea do povo do Rio de Janeiro. Sei eu que mais vale o gesto que mil palavras que eu dissesse. O fato estava criado.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Eles, somente eles, eram os heróis, sim, eram os sujeitos, os atores principais daquele palco. Só disse: “Obrigado, muito obrigado pelo carinho. Obrigado em nome do povo brasileiro. As bandeiras que vocês defendem são as bandeiras que o nosso povo

carrega ao longo de sua vida. Volto hoje para Brasília, para o meu Rio Grande, para o Brasil, mas com muito mais energia para combater o fator previdenciário e lutar por aumentos reais para os aposentados”.

Disse ali, Sr. Presidente: “Estou muito orgulhoso de todos vocês que desfilaram, como se jovens fossem, por esta avenida nesta jornada de protesto. Sou apenas um sindicalista, estou no Senado, sou um Senador negro que está no Congresso. Vim lá do Sul e, aqui, por vocês fui homenageado. Divido esta homenagem com todo o nosso povo. Essa causa não tem partido, não tem cor, é de todos. Sei que, ao longo dessa caminhada que não termina hoje,..

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – ...nossos corpos poderão estar cansados, mas nossa alma estará, como neste momento, iluminada, e nossos corações baterão cada vez mais forte, mais forte, mais forte.

Viva o povo do Rio de Janeiro! Viva o povo brasileiro! Nós voltaremos, nós nos encontraremos na avenida da vida!”

Foi assim que terminou, Sr. Presidente, uma das maiores emoções de minha vida. Eram 20 horas.

Espero, Senador Crivella, poder voltar um dia e poder andar na mesma avenida, lá na Avenida Rio Branco, quem sabe, com outros milhares de aposentados e pensionistas, para dizer: “Enfim, conseguimos. Mudamos o fator e vocês têm uma política”.

Esse é um sonho que espero que se torne realidade.

Senador Crivella, por favor.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Paim, quero me solidarizar com a sua dor pela perda de seus conterrâneos que estavam indo para Santa Catarina, mas também com essa alegria, com esse momento que V. Ex^a viveu no Rio de Janeiro. V. Ex^a é muito querido no meu Estado, muito. E todos são gratos pela luta que V. Ex^a tem travado em favor dos aposentados e para que encontremos uma maneira de calcular, uma maneira que não tome daquele que está se aposentando tanto quanto esse fator previdenciário. O Rio de Janeiro se manifesta assim. A causa do povo não requer radicalismos; requer bravura, requer coragem. E, muitas vezes, essa coragem se dá realmente desfilando em uma avenida, como vocês fizeram de maneira espontânea, aproveitando o carnaval e mostrando ao Brasil uma situação importantíssima. V. Ex^a tem todas as nossas homenagens. Tenho certeza de que a Bancada do Rio, Senador Lindbergh, Senador Crivella e Senador Dornelles, esteve lá marchando com V. Ex^a naquela avenida, porque também empunhamos

essa mesma bandeira e lutamos essa mesma luta em favor dessa nossa gente sofrida, valente e, como sempre, muito alegre. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado por seu aparte, Senador.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Um aparte, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tenho certeza de que as suas palavras repercutirão lá no Rio de Janeiro. Foi assim que eu me senti lá: representando todos os Senadores, já que era uma homenagem que eles também me faziam. Eu achei que, estando lá, eu falaria em nome de todos os Senadores. Foi realmente assim que eu me senti lá, naquele belo momento. Acho que foi um dos momentos mais bonitos da minha vida – eu diria –, essa homenagem que recebi no Rio de Janeiro.

Senadora Ana Amelia, em razão do dia das mulheres, peço um pouco de tolerância ao Presidente, para que eu possa ouvir as duas mulheres que estão esperando, como também o Senador Mozarildo.

Senadora Ana Amelia, com enorme satisfação, quero mais uma vez dizer – e eu não precisaria repetir aqui – o meu carinho a V. Ex^a e o voto de pesar pela perda do seu esposo.

A Sr^a Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Em primeiro lugar, quero solidarizar-me com as famílias das vítimas desse gravíssimo acidente, mais um, aliás, que enluta nossas estradas e requer da sociedade brasileira uma reação à altura. Neste carnaval, o número de vítimas superou em muito o das vítimas fatais do feriado de carnaval de 2010. Conheci em Santo Cristo, no interior do nosso Estado, nossos conterrâneos, famílias que foram dilaceradas, mulheres que perderam marido, maridos que perderam esposa, filhos, parentes, primos e amigos. Foi uma dor muito grande naquela pequena e empreendedora comunidade de grande influência, de colonização alemã e italiana. É uma cidade de empreendedores e foi lá, inclusive, Senador Paim, que ouvi a proposta de um jovem empreendedor de que o Governo poderia aplicar um Pronaf urbano para estimular os jovens empreendedores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Sr^a Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Peço vênia ao nosso Presidente. Achei uma ideia muito criativa. Ao solidarizar-me com as vítimas desse gravíssimo acidente referido por V. Ex^a, queria também registrar esse fato que marca essa cidade tão empreendedora que é Santo Cristo. De outro modo, Senador Paulo Paim, a questão dos aposentados é uma luta por que V. Ex^a, ao longo do mandato, empenhou-se. Estou aqui para

ajudar neste trabalho. Como jornalista, cuidei muito dos projetos que V. Ex^a encaminhou – entre eles, o do fator previdenciário. Discutimos muito esse tema. E agora eu venho aqui, como Senadora, assumir os mesmos compromissos. Apresentei, recentemente, o Projeto de Lei do Senado nº 76, deste ano, portanto, que prevê a isenção de imposto de renda para aposentados acima de 60 anos no Regime Geral de Previdência Social, porque são esses os maiores sacrificados. Alguns – ouvi também na campanha eleitoral – tiveram que voltar ao mercado de trabalho para recompor a renda familiar. Isso porque, na adoção de uma política de reajustes diferenciados para salário mínimo e para a Previdência, sempre menor para quem ganha mais que um salário mínimo, acabou provocando uma distorção e um impacto negativo do ponto de vista social para essas pessoas que precisam tanto de um socorro, exatamente, ao final da vida. Estou empenhada também, na nossa Comissão de Assuntos Sociais, Senador Paim, em fazermos um amplo debate a respeito desse assunto. É um tema candente. Também aqui, no Senado, pedi urgência para a votação do PLC nº 40, que foi aprovado, por unanimidade, na Câmara Federal, no ano passado, e que trata de garantir um direito assegurado pela Constituição para as pessoas portadoras de deficiência. Essa aposentadoria, é claro, vai representar ônus para a Previdência, mas o Governo precisa dizer como fazer; era um direito assegurado e, até agora, não havia sido regulamentado. O projeto é de um Deputado do Partido Verde de Minas Gerais. O Ministro Garibaldi Alves me ligou para informar que o Governo estava fazendo os cálculos a respeito do impacto que isso representaria para a Previdência. Eu condicionei a retirada da urgência diante de o Governo trazer para o Senado da República uma proposta alternativa a isso, para que nós discutíssemos aqui a garantia desse direito e também as condições financeiras da Previdência Social em relação a isso. Para terminar, Senador Paim, tenho observado no Senado alguns ex-Governadores preocupados com essa questão. E não é sem tempo; afinal, o propalado déficit da Previdência Social precisa ser examinado com uma lupa muito apurada, Senador Paim, porque isso só poderá ser feito com uma ampla auditoria nas contas da Previdência. A gente vê, todo dia, problemas relacionados a fraudes na Previdência Social; mas não vemos, como uma iniciativa do Governo, em contrapartida, o retorno do dinheiro que foi sugado dos aposentados. O caso mais evidente foi o da Georgina Freitas, que tirou da Previdência mais de R\$350 milhões. E as informações que tenho é que voltaram para a Previdência apenas R\$80 milhões. Onde está esse dinheiro que é

dos aposentados, que é da sociedade brasileira? Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Eu agradeço, Senadora Ana Amélia. Permita-me que eu dê só este testemunho. A sua postura aqui, como Senadora, é exatamente a mesma que V. Ex^a tinha como jornalista. V. Ex^a, como jornalista, sempre apoiou projetos que eu defendi ao longo da minha vida. Enquanto alguns me chamavam de demagogo, V. Ex^a era das poucas vozes que dizia: “tem lógica o que o Senador Paim está falando”. E aqui V. Ex^a está mostrando a mesma coerência. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Senadora Gleisi, por favor.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Paim. Eu quero saudá-lo pelo pronunciamento. Mas, antes de mais nada, quero também externar minha solidariedade às vítimas do acidente que o senhor mencionou. Essas pessoas dirigiam-se ao meu Estado, o Paraná. E foi com grande tristeza que nós acompanhamos o acidente e as mortes. Então, quero me solidarizar com as famílias das vítimas e também com o Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que perderam suas pessoas. Quero também me somar ao bloco carnavalesco do Rio de Janeiro que o homenageou. O senhor está tão feliz, tão alegre, lendo aí o samba que fizeram para V. Ex^a, muito merecido pela sua luta, pelo que o senhor significa nessa caminhada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – E tenho certeza de que essa luta, essa caminhada está muito perto de um desfecho. O fato de a Presidente já ter chamado as centrais sindicais, já ter feito referência a essas mudanças que são necessárias, já ter aberto um diálogo de forma ampla, com certeza, isso dá boas perspectivas. Então, quero fazer esta saudação, somar-me a essa sua caminhada. Tenho certeza de que nós vamos avançar muito. Meus parabéns, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) - Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Para mim, são dois momentos de alegria. Primeiro, sem sombra de dúvida, desfilar com aquele bloco; e, número dois, ter lido e ouvido na mídia que a Presidenta, como havia anunciado, e eu falei da bancada, vai chamar as centrais para abrir a discussão sobre os dois temas. Ela está cumprindo exatamente o que ela prometeu. Meus cumprimentos por lembrar esse episódio.

Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB - RR) – Senador Paim, às vezes, na vida, a gente tem que, ao

mesmo tempo, comemorar um fato e lamentar outro. V. Ex^a começou exatamente por lamentar o triste acidente acontecido com pessoas do seu Estado, aliás, um time de bolão. Quero, portanto, solidarizar-me com esse voto de pesar que V. Ex^a requereu; até mesmo digo que gostaria de assinar também esse requerimento. Ao mesmo tempo, não poderia deixar de registrar, evidentemente, uma homenagem que considero justíssima a V. Ex^a. Todos, Deputados, Senadores, lutamos por esses direitos, mas V. Ex^a realmente encarna, personifica a luta em defesa dos aposentados, notadamente, aqueles que, como V. Ex^a diz, deram toda a sua vida, contribuíram a vida toda em um patamar “x” para depois verem sua aposentadoria, a cada dia que passa, diminuindo ao ponto de não poderem comprar sequer os medicamentos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB - RR) – Sei disso porque conheço pessoas, até mesmo da minha família, para não ir mais longe, que passam muitas dificuldades. Se não fosse a ajuda dos parentes, não poderiam cuidar dos seus medicamentos, apesar de haver farmácia popular, etc. Quero dizer que essa luta tem que ser realmente resolvida. Associo-me à alegria de V. Ex^a quando vejo a Presidente Dilma abrir um diálogo, um debate para se encontrar uma saída, porque, se por um lado alguém reclama do salário mínimo, que realmente é mínimo, mínimo, por outro lado temos que ver também que não é possível que o aposentado ganhe cada vez menos e tenha um salário, aí, sim, mínimo, que não dá para viver sequer. Parabéns, portanto, pela justa homenagem que lhe prestaram no Rio de Janeiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, só dizer que V. Ex^a votou inclusive pelos dois projetos, tanto aquele que muda o fator como também aquele que garante a política plena para os aposentados. A Casa já aprovou os dois. Estão lá na Câmara dos Deputados.

Senador Randolfe Rodrigues, permita-me que eu diga aqui o que coloquei no meu Twitter hoje. Eu empenhei, no meu Twitter hoje, toda a minha solidariedade à sempre Deputada Federal do seu Partido Luciana Genro. Conheço a vida e a história dessa Deputada Federal Luciana Genro e, por isso, disse a ela que tenho orgulho de ser amigo dela. A minha solidariedade é pelos ataques que ela tem recebido simplesmente porque ajudou a organizar, lá na capital, no Rio Grande do Sul, cursinhos grátis para as pessoas pobres terem acesso à universidade. Parabéns ao PSOL pela grande e sempre Deputada Federal que está nos quadros do seu Partido, Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Paulo Paim, inicialmente, queria dizer que ainda hoje, também pelo Twitter, manifestei a solidariedade nossa – e eu diria da Bancada do PSOL não somente aqui no Senado, como também na Câmara – à Luciana, uma Deputada Federal que orgulha não somente a nós, do Partido Socialismo e Liberdade, mas – o senhor concorda comigo e já afirmou – também ao povo gaúcho. Os ataques à Luciana são do mais baixo nível, vis e mentirosos. São mentirosos; são caluniosos. Sobre a Luciana, daqui a pouco, utilizarei a tribuna para também me referir ao fato. Mas queria aproveitar para, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelas lembranças que traz. Uma lembrança de pesar, mas, como diz o trecho daquela bela música: “Uma dor assim pungente nunca há de ser inutilmente”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Então, minha solidariedade às vítimas do dramático e triste acidente automobilístico ocorrido nesses dias. Eu queria, ao mesmo tempo, destacar algo que inspira todos nós aqui, Senador Paulo Paim, que é a sua luta histórica. Eu passei parte do carnaval ouvindo um documento formidável produzido aqui pelo Senado Federal, intitulado Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro. São vários pronunciamentos, de vários Srs. Senadores, de vários Parlamentares, desde a década de 50, quando começaram a ser registrados por via sonora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cinquenta foi a década em que eu nasci.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – ...até os dias de hoje. Com certeza, na próxima edição dos Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro deverão constar vários dos seus pronunciamentos em defesa dos direitos dos aposentados. Eu não tenho dúvida de que não demorará a hora – nós tivemos até agora somente reformas da Previdência, muitas, e aliás todas retiraram o direito dos aposentados –, mas não demorará a hora em que teremos uma contrarreforma, e a queda do fator previdenciário será o grande passo dessa contrarreforma. E, assim, o cavaleiro andante dessa causa, e já reconhecidamente consagrado pelos aposentados brasileiros, sem dúvida nenhuma, é V. Ex^a. Então, parabéns por essa luta que nos inspira e que traz o sentimento de justiça, porque nenhum país e nenhuma nação é justa o bastante se não reconhecer o trabalho daqueles que dedicaram o suor e a vida nessa terra.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Randolfe. V. Ex^a é um jovem Senador que já escreve sua história nos Anais do Congresso

Nacional em cada pronunciamento que faz. Tenho muito orgulho de ter um carinho especial não só por V. Ex^a, mas por todo o PSOL, e V. Ex^a sabe disso.

Mas, Sr. Presidente, permita que eu termine. Se-
rei muito rápido.

Só quero dizer que espero, um dia, voltar para a avenida da vida e dizer a todos os brasileiros que o sonho se tornou realidade. Eu queria muito que eles vencessem. Espero que o exemplo do Rio de Janeiro se repita em outros Estados de forma fraternal e carinhosa, como foi aquela atividade.

Digo aqui que a história da humanidade nos mostra que povo que não se movimenta, que não se faz ouvir, como estamos fazendo, pregando a paz, a justiça e a solidariedade, não chegará a lugar algum.

Terminamos, há poucos dias aqui, a batalha do salário mínimo. Agora é hora de não permitirmos uma divisão entre vencidos e vencedores, entre Situação e Oposição. É hora de caminharmos juntos, respondendo à expectativa dos idosos e dos aposentados.

Esta é a mensagem que trago lá do povo do Rio de Janeiro.

Quero dizer, Sr. Presidente, que amanhã estarei com o Ministro Garibaldi, como as Centrais estarão com a Presidenta na sexta. Isso é muito bom. Que Deus continue a iluminar os nossos caminhos. Os anos passam rápido, os aposentados e pensionistas não têm tempo. O tempo passa, eles não podem mais esperar. Queremos que o calor humano das reivindicações nos aqueça durante o outono, durante o inverno, durante a primavera, para que, quem sabe no calor do verão do próximo ano, a gente possa desfilar nas avenidas do País, festejando as mudanças no fator e festejando, quem sabe no verão próximo, termos conseguido uma política para o aposentado e o pensionista.

Termino dizendo que, daí, sim, Sr. Presidente, poderemos nós, nos campos, nas praias, nas cidades, nas avenidas, festejar ao som da bateria e da música que ilumina a todos nós no nosso carnaval.

Sr. Presidente, muito obrigado. V. Ex^a foi tolerante. Fiz na íntegra os dois pronunciamentos. Só posso agradecer a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Gleisi Roffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Presidência parabeniza V. Ex^a pela justa, lúdica e carnavalesca homenagem. Parabéns pela coerência de V. Ex^a!

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 173, DE 2011

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro voto de pesar pelo falecimento das 27 vítimas do acidente rodoviário ocorrido na BR-282, em Santa Catarina:

Passageiros do ônibus:

- José Lauri Schuster
- Vanderlei Jose Kuhn
- João Marcelo Da Silva
- Moacir Jose Kramer
- Paulo Cezar Bocorni
- Claudio Schuster
- Nolar Odilo Loebens
- Ari Weimer
- Antoninho Sessi
- João Irineu Bamberg
- Jilvani Dos Santos
- Dionísio Frohlich
- Keli Regina Kraemmer
- Silvino Diel
- Ildo Jose Schumidt
- Marlene Puhl Bocorni
- Marilei Ester Escher
- Claudino João Bocorni
- Marli Ângela Ickert
- Alceu Jose Kraemmer
- Marlise Schmidt
- Liane Lucia Loebens Bocorni
- Eloi Bocorni
- Charles Esiquel Kraemmer

Motorista do ônibus

- Luciano André Hoffmann
- Motorista da Carreta
- Fernando Zanetti Furtado

Passageira da Carreta

- Saionara da Silva Rocha

O ônibus, que seguia de Paraná para o Rio Grande do Sul, transportava uma equipe de bolão, um esporte muito popular entre idosos no Rio Grande do Sul e semelhante ao boliche e à bocha. Eles iam disputar

uma partida amistosa no Paraná e os passageiros eram todos familiares e amigos.

A colisão frontal aconteceu por volta das 3h15, logo depois de uma curva, entre um caminhão bi-trem, que transportava pranchas de madeira, e um ônibus de turismo, da empresa Nyland, que levava 47 passageiros do Município de Santo Cristo, no Rio Grande do Sul, em excursão para as cidades de Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado, no Paraná. Morreram os motoristas do caminhão e do ônibus e uma passageira do caminhão, além, de 23 pessoas que estavam no coletivo.

Segundo o governo do Rio Grande do Sul, o ônibus teria como destino final a cidade de Pato Bragado (no oeste do Paraná), levando a equipe que participaria de uma confraternização no Paraná. Na tarde desse sábado, a equipe faria uma partida amistosa com o time do Clube Aliança, em Marechal Cândido Rondon. No domingo, os gaúchos participariam de outro evento esportivo com a equipe de bolão de Pato Bragado.

A tragédia chocou a comunidade de Linha Salto, formada por pequenos agricultores e comerciantes. Entre perplexos e desesperados, os moradores do distrito passaram o sábado no salão comunitário, oferecendo e recebendo consolo em meio a orações e a uma celebração religiosa, na qual o padre leu o nome das vítimas. Um grupo de homens escavou as covas e construiu os túmulos. As prefeituras de Santo Cristo e Santa Rosa, os governos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina decretaram luto oficial de três dias.

Para tanto gostaríamos que esse voto de pesar fosse enviado para a Prefeitura de Santo Cristo-RS, no seguinte endereço: Rua 25 de Julho, 133 – CEP 98.960-000 – Santo Cristo-RS.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Presidência comunica que designou o Senador João Vicente Claudino Relator revisor do **Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011**, proveniente da Medida Provisória nº 507, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, do PRB, nos termos regimentais, para falar por cinco minutos, pela Liderança. Em seguida, usará da palavra, como orador inscrito, o ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, passados os momentos do carnaval, eu gostaria de retomar o tema das grandes tragédias que hoje nos surpreendem, por conta do aquecimento global e do ataque que a natureza vem sofrendo nesse processo avassalador do desenvolvimento econômico. E queria trazer como exemplo um pequeno Município do Estado do Rio de Janeiro, chamado Italva, que tem 14 mil habitantes, fica no noroeste do Rio e tem o orçamento anual de R\$28 milhões.

Senhores telespectadores, vejam o que ocorreu nos últimos cinco anos, de 2005 para cá. Naquele ano, 2005, o Município foi assolado por enchentes e teve danos materiais e prejuízos sociais e econômicos no valor de R\$7 milhões. Naquele ano também, dez Municípios, dos dezoito do norte e noroeste fluminense, decretaram situação de emergência.

Em 2007, Italva teve outra enchente, com prejuízo de R\$10 milhões, sendo que, na região norte e noroeste, quatorze Municípios decretaram situação de emergência.

De dezembro de 2008 a janeiro de 2009, houve quatro enchentes em trinta dias nos rios Muriaé, Pomba, Carangola e Itabapoana e uma enchente no rio Paraíba do Sul, sendo que, desse vez, quinze Municípios decretaram situação de emergência e Cardoso Moreira, um deles, decretou estado de calamidade pública. Italva teve, então, danos e prejuízos da ordem de R\$28 milhões, sendo que decretou Situação de Emergência por Enchentes ou Inundações Graduais em 20 de dezembro e Situação de Emergência por Enxurradas ou Situações Bruscas em 5 de janeiro de 2009, sendo que todos esses decretos foram homologados pelo Estado e reconhecidos pela União.

Em princípio de 2010 e ao longo do ano, não choveu e Italva e mais seis Municípios da região decretaram Situação de Emergência por Estiagens, com prejuízo de R\$8 milhões. Em dezembro de 2010, recentemente, Italva, novamente, decretou Situação de Emergência por Enxurradas, havendo também enchentes e colapso do sistema de água potável da Cedae, ficando 10 mil pessoas do Município sem acesso a esse serviço essencial por cinco dias ininterruptos. Os danos foram da ordem de R\$20 milhões.

De 2005 a 2010, Italva teve prejuízos da ordem de R\$73 milhões!

Como podemos falar de desenvolvimento com essa sangria? O dinheiro público, que teria que ser

aplicado em educação, saúde, obras, meio ambiente, por causa dos desastres, passa a ser aplicado em reconstrução; sem sucesso, pois, sem obras de prevenção, estamos apenas “enxugando gelo”. Na verdade, nem isso estamos fazendo, pois o gelo está derretendo mais rápido do que podemos enxugá-lo. De verba federal liberada até agora para Italva, apenas R\$3 milhões.

Sr. Presidente, nós somos uma raça de heróis. O sangue do índio, do branco e do negro nos conferiu tal rusticidade que, a golpes de tenacidade e bravura, rompemos matas e florestas, subimos e descemos milhares de montes e serras, escapamos de onças e cobras, atravessamos o sertão, a caatinga, o pantanal e balizamos os limites de uma das maiores geografias do mundo. Isso tudo sob um calor intenso, com o suor pingando nos olhos, com febre de um sem-número de doenças tropicais, com enxurradas e desabamentos, com rios caudalosos transbordando, numa terra infestada de insetos, pragas, fungos e micróbios, que nos comiam os dedos dos pés, o branco dos olhos e os vasos linfáticos.

Foi assim, na luta intensa, longa e impiedosa, que nossa gente sofrida e valente ergueu o Brasil, terra de bravos. Mas que coisa é essa que, ao longo dos anos, desenvolvemos na alma nacional, uma capacidade pública de esquecer nossas tragédias, e, com séculos desses recorrentes infortúnios, não prevenimos, não tememos, nem sequer fazemos caso para realizar as obras e evitar que os mesmos rios transbordem, as mesmas encostas desabem, as mesmas pontes se despedacem e as mesmas populações em áreas de risco sejam atingidas, sem que ao menos sejam evacuadas enquanto dure a tempestade?

Eu quero lembrar, para tristeza nossa, que o Ministério da Integração, na legislatura passada, no governo passado...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – ...Sr. Presidente, de um ministro candidato. E foi noticiado que ele aplicou quase todo o orçamento disponível do seu Ministério no seu reduto eleitoral, na Bahia. E perdeu a eleição!

Que futuro existe para Italva, para a região norte/noroeste e para inúmeros outros Municípios do Brasil que são assolados por desastres de recorrência quase que anual?

Sr. Presidente, faço este pronunciamento no momento em que o Senado Federal cogita criar uma comissão externa para nos debruçarmos sobre um assunto de relevância extraordinária, para verificar não a

reconstrução, não a visita da comitiva dos Ministros, da Presidenta da República e seja lá de quem for para se solidarizar com as vítimas, mas as obras de prevenção, as obras que devemos à nossa população, porque já sabemos onde estão os problemas, e não é de agora. Essas obras não podem parar. Essas obras não podem ser contingenciadas. Nós não podemos... O povo já disse, muitas vezes, que os políticos são pícaros e que os nossos mandatos são sinecuras. O julgamento do tribunal da história será amargo para cada um de nós se permitirmos, a cada ano, que a natureza seja agredida do jeito que está e continuarmos chorando sobre crianças, sobre mães enterradas na lama e no lixo desses desabamentos, dessas encostas que caem, desses rios que transbordam.

Eu faço votos de que o nosso Senado e uma comissão externa de alto nível – e eu me disponho a participar dela, porque sou engenheiro...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – ...e tenho certa experiência, pois trabalhei muitos anos em obras públicas e privadas – se debrucem sobre isso e encontremos uma solução digna do momento de desenvolvimento econômico, social e político que vivemos – sétima economia do mundo –, e possamos dar uma resposta condizente com a dor do nosso povo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim, pela ordem.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria de fazer um registro, Sr. Presidente. Hoje é Quarta-Feira de Cinzas, uma data muito importante para os cristãos, para a comunidade católica. É a data que inicia a Quaresma, 40 dias de preparação para a Páscoa, que é a festa de ressurreição do nosso Senhor Jesus Cristo.

Esse período é muito importante para os cristãos, para os católicos, porque somos instados a fazer orações e reflexão. E a reflexão deste ano, sugerida pela Campanha da Fraternidade, pela Confederação Nacional dos Bispos, é sobre a vida no planeta: a criação geme em dores de parto.

Gostaria de registrar isso, mesmo sabendo que, no dia 15, faremos uma sessão especial sobre a Campanha da Fraternidade. É um momento importante, um momento em que a igreja traz para a discussão entre

os seus fiéis a responsabilidade pela preservação e conservação ambiental e o fato de a sociedade ser protagonista da defesa do meio ambiente.

Então, queria deixar registrada aqui essa data e também parabenizar a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil por esse tema tão necessário e tão atual ter sido elencado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – V. Exª terá a palavra por vinte minutos, Senador Mozarildo Cavalcanti, nos termos regimentais.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Senado já fez uma sessão especial de homenagem às mulheres antecipadamente no dia 1º, justamente porque o Dia Internacional da Mulher, ontem, caiu em um dia feriado.

Eu, infelizmente, não pude estar presente naquela sessão de homenagem, mas também não poderia deixar de registrar o dia da mulher, porque entendo que todo homem pode até adotar uma atitude que não seja muito verdadeira, mas, no fundo, no fundo, duvido muito do homem que não tenha um grande amor pelas mulheres, começando porque ele foi filho. Qual é o homem que não passou pela experiência de ser filho, de ser amamentando, de ser cuidado e de ser protegido pela figura da mãe?

Então, eu quero começar estas homenagens pelas minhas mulheres: a minha mãe, que, aos 87 anos de idade, ainda se preocupa comigo; a minha esposa, com quem tenho a felicidade de viver há 42 anos, como marido e mulher; as minhas irmãs; as minhas filhas; e as minhas netas. Essas são as mulheres da minha vida, que me ensinaram, tanto a minha mãe, como a minha esposa, como as minhas filhas, como as minhas netas, a ver realmente a mulher com o olhar do amor, da reverência e, sobretudo, da gratidão.

Eu tive outra felicidade na minha vida, Senador Presidente: na Medicina, escolhi ser ginecologista e obstetra. Então, aprendi mais ainda a admirar as mulheres, porque vi que a mulher tem uma alma que nós, homens, procuramos imitar. Na verdade, dizem que nós temos uma cara-metade, só que acho que a metade feminina é muito mais preponderante na vida do homem do que muitos imaginam.

Eu gostaria de aqui até pedir o registro de uma matéria produzida pela jornalista Andressa Trajano, no meu Estado, sobre o Dia da Mulher, destacando justamente aquela lembrança histórica do porquê do 8 de março, do sacrifício daquelas operárias que morreram

devido a um incêndio criminoso lá nos Estados Unidos. Há quem diga que a história é mais para trás um pouco, mas não importa se o dia foi no ano tal ou em outro. O importante é que precisávamos ter um dia para chamar a atenção para essa figura tão maravilhosa.

Eu sempre digo: ora, se Deus, que é Deus, que podia, evidentemente, ter mandado o seu filho a Terra sem precisar da figura material de uma mulher, escolheu ter essa figura material, foi justamente para ensinar a nós, homens, que mesmo o filho d'Ele tinha que ter a figura material de uma mãe terrena.

Eu sei que todas as mulheres brasileiras devem sentir hoje um grande orgulho de ver no cargo máximo do Poder Executivo, isto é, na Presidência da República, uma mulher, a Presidente Dilma, mas também vamos lembrar que, nos cargos máximos do Poder Judiciário, há duas mulheres: a Ministra Ellen Gracie e a Ministra Cármen Lúcia. Então, as mulheres também estão presentes no Poder Judiciário e, diga-se de passagem, julgando com muita sabedoria, com muita serenidade, como é próprio delas.

No Parlamento, ouço aqui e acolá as mulheres dizerem que ainda há pouca participação feminina. É verdade. Eu sou Presidente do meu Partido no Estado de Roraima e tenho dificuldades, Senador Pedro Taques, de preencher aquele mínimo que a lei exige de representantes do outro sexo. É verdade que a lei diz o seguinte... Suponhamos que, eventualmente, um partido tivesse candidatas só mulheres. Não poderia. Precisaria ter 30% destinado aos homens. Então, a lei é bem equilibrada. Na realidade, o que acontece é que as mulheres se interessam pouco pela política. Por quê? Eu não sei dizer. Poderão dizer que é porque as mulheres têm os seus afazeres domésticos, trabalham fora; sendo assim, como é que vão ainda se dedicar a uma campanha política? Pode ser que essa seja uma explicação. Mas o certo é que nós, inclusive, lá em Roraima, constituímos o PTB Mulher, fazemos uma mobilização permanente para que as mulheres entendam que é preciso elas participarem. É preciso que elas se motivem e até provoquem mesmo para que esse percentual seja preenchido.

Nesse particular, quero homenagear todas as mulheres parlamentares. Aqui, estão duas Senadoras: Senadora Gleisi Hoffmann e Senadora Ana Amelia. E queria também homenagear o trabalho da Senadora do meu Estado, Senadora Angela Portela. No meu Estado, também no Poder Judiciário, a Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, hoje, é uma desembargadora, natural de Roraima, a desembargadora Tânia Vasconcelos.

Então, na verdade, as mulheres estão, sim, ocupando espaços. Pode-se até dizer que ainda num caminhar lento, mas, quando a gente se lembra que foi só com Getúlio Vargas que as mulheres passaram a ter direito a voto, só da época de Getúlio Vargas para cá, pois as mulheres sequer votavam, então, acho que já houve um avanço significativo. Mas é evidente que as mulheres não devem se conformar só com isso.

Eu quero também homenagear aqui todas as jornalistas do meu Estado na figura das jornalistas Shirley Rodrigues, Andressa Trajano, Élissan Paula e outras. Quero que todas se sintam homenageadas.

Eu sei que qualquer palavra que eu pudesse aqui dizer, até mesmo se lesse alguma poesia, não diria tudo que realmente me vai na alma, no sentimento neste momento.

Como eu disse, eu tenho ainda a felicidade de ter uma mãe viva, lúcida. Quando ligo para ela, ela procura sempre saber como eu estou. Antes mesmo que eu pergunte como ela está, ela já pergunta como é que eu estou. E procura acompanhar a minha luta política e se preocupar até com determinadas atitudes que tomo, quando denuncio, por exemplo, os descabimentos que acontecem no meu Estado. Ela se preocupa com a minha integridade, como dizem os adolescentes, como se eu ainda fosse criança. Mas, para uma mãe, o filho é sempre uma criança. E eu tenho certeza disso. Por isso mesmo, esse sentimento dela sempre me deixa muito feliz.

Senadora Gleisi, tenho o maior prazer em ouvi-la.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Senador Mozarildo, quero saudá-lo pelo seu pronunciamento. São muito bonitas as suas palavras de elogio às mulheres, a sua sensibilidade, saudando as mulheres da sua vida e também fazendo o reconhecimento às mulheres profissionais que trabalham como jornalistas, que trabalham na área política, enfim, que se destacam no cotidiano. Quero dizer que a nossa luta de representação política não é porque nós nos consideramos melhores do que os homens. Aliás, as mulheres não são nem melhores nem piores. Somos diferentes na forma de ver o mundo. Somos diferentes na forma de interpretar as coisas, de nos relacionarmos com as pessoas e com os fatos da vida. Por isso, nós sempre insistimos muito pela participação da mulher na política e nos órgãos de decisão, porque acreditamos que essa visão de metade da sociedade – porque somos pouco mais da metade, inclusive somos maioria como eleitoras – vai poder ajudar muito as decisões públicas do nosso País. Elogio seu esforço, por meio do seu partido, para que realmente as cotas possam

ser preenchidas. Mas nós vamos ter uma oportunidade única, Senador Mozarildo, por intermédio da Comissão de Reforma Política, da reforma eleitoral, de debater o tema da representatividade parlamentar. Aí, acho que teremos que nos debruçar sobre o fato da representação das mulheres. Talvez as cotas não tenham que ser na época da eleição, mas tenham que ser referentes às cadeiras do Parlamento. Ou talvez tenha que haver uma lista intercalada ou um número reservado às mulheres, porque é muito difícil nós avançarmos pelo tempo todo em que fomos discriminadas. Como bem lembrou V. Ex^a, começamos a votar da década de 30. Não éramos sujeitas de direito. Éramos consideradas cidadãs de segunda categoria. Não tínhamos condições sequer de externar nossa opinião. Então, a política nunca se importou conosco, com o que pensávamos. Nunca teve para nós sequer o objetivo de passar mensagem. Então, o esforço desta Casa e o fato de termos homens com a sua sensibilidade, com essa visão que o senhor externou agora da tribuna tenho certeza de que vão nos ajudar muito. Então, queria parabenizá-lo e pedir que se some a essa nossa luta. Tenho certeza de que, se desta Casa sair uma proposta de reforma política, do Congresso Nacional, de reforma eleitoral, tenho certeza de que as mulheres vão ter outro espaço de participação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço muito a V. Ex^a o aparte, Senadora Gleisi, porque, verdadeiramente, como eu disse, no meu caso, no PTB – de que sou Presidente lá em Roraima –, nós constituímos o PTB Mulher, e, vamos dizer assim, eu dei toda a força. Até o PTB Jovem reclamava de que eu estava dando prioridade ao PTB Mulher. E eu dizia para eles: “Vocês são jovens! Então, lutem para que mulheres jovens se candidatem também”. O importante é que haja um movimento que fortaleça efetivamente a participação política da mulher.

Se a mulher, eventualmente, não quer exercer esse ou aquele cargo, não quer disputar, que ela seja atuante na política; que ela lute pelo menos para que haja realmente uma representação equilibrada, mais equilibrada, tanto na Câmara quanto no Senado. Eu até diria que o Senado tem avançado de maneira não vou dizer surpreendente, mas agradavelmente positiva.

Portanto, quero também ter o prazer de conceder um aparte a mais uma Senadora, à Senadora Ana Amelia, do Rio Grande do Sul.

A Sr^a Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Senador Mozarildo, em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a pela sua dedicação sacerdotal a este mandato. Fico

impressionada com o seu cuidado, com a presença, com a atenção, com o zelo pelo Regimento Interno. Inclusive, já me ensinou algumas coisas relacionadas à observância disso. Eu, que estou estreando aqui no Senado, agradeço não só ao senhor, mas a todos quantos, aqui nesta Casa, têm me auxiliado muito neste aprendizado diário da convivência política, da convivência harmoniosa, respeitando as diferenças ideológicas de cada um dos 81 Senadores e Senadoras. O senhor tem razão: em 2011, nesta Legislatura que começa, há 15% de mulheres, as doze, dos 81 Senadores que compõem esta Casa da República. E é muito importante. Nós vamos ter agora também um desafio, a partir de 2012, nas eleições municipais. Eu tenho percebido, Senador Mozarildo Cavalcanti, que as mulheres são estimuladas por exemplos, são estimuladas por ações, por gestos. E, como o senhor conviveu muito na prática da Medicina com as mulheres, com a natureza da mulher muito sensível e muito intuitiva, sabe que ela tem uma preocupação muito grande com a seriedade, com a responsabilidade. Eu fico particularmente triste, infeliz até e decepcionada quando os casos de corrupção na área política envolvem mulheres, Senador Mozarildo. É uma dor no coração muito grande, porque uma das características muito destacada também é que a mulher tem um rigor ético muito grande, uma disciplina exemplar quando se aplica aos ofícios aos quais ela se dedicou ou escolheu. Então, seja no casamento, seja... Por exemplo, a dona de casa faz um trabalho diário, cansativo e exaustivo e nem sempre reconhecido, mas esse é realmente o valor da mulher. Hoje as mulheres não conseguem corresponder às expectativas que a lei determinou para participação percentual dos nomes que os partidos políticos precisam incluir de mulheres nas listagem de candidatas às eleições, sejam municipais, sejam estaduais, sejam eleições federais. Mas a partir da convivência e da consciência de que é preciso mudar, porque na política não há espaço vazio, entre as pessoas de bem, as mulheres de bem que hoje compõem o Senado – modestamente, me incluo entre elas –, nós vamos ter outras figuras não tão bem intencionadas fazendo e ocupando esse espaço. Hoje 53% da mão de obra no setor público são mulheres, Senador Mozarildo Cavalcanti. Hoje as mulheres são a maioria no domínio e chefia do comando familiar, na área rural igualmente. Então, para essas mulheres bravas e guerreiras que enfrentam a rotina do dia a dia, como dona de casa, como profissionais liberais ou como políticas, há muito o que comemorar, mas ainda há muito por fazer. Ganhamos

uma Lei Maria da Penha, que foi fundamental para combater um dos males, uma das doenças piores que nós temos, que é a violência doméstica contra a mulher. Felizmente, os juízes têm sido mais ágeis na interpretação – falo pelo geral, não pela exceção. Já tivemos uma exceção dramática em relação ao Judiciário, relativamente à Lei Maria da Penha. Mas vamos falar daqueles que entenderam o espírito da lei para proteger esse ser que, como os homens, têm as suas fragilidades, as suas necessidades, mas têm também um compromisso muito grande com o interesse público. Agradeço-lhe muito este interesse e este tema que traz exatamente por se tratar de um médico e de um Senador exemplar aqui. Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Obrigado, Senadora Ana Amelia, fico feliz com o aparte de V. Ex^a.

Fico triste quando assisto a uma entrevista na televisão, e o entrevistador pergunta: você trabalha onde? Aí, a mulher diz: não, eu não trabalho, sou dona de casa. Ora, ser dona de casa é dirigir um hotel, é dirigir um restaurante, é dirigir um hospital. Enfim, não vejo profissão mais complexa do que ser uma boa dona de casa. Agora, isso não quer dizer mais que as mulheres se conformem em ser só donas de casa, até por que uma servidora pública, como disse V. Ex^a, que hoje é a maioria do serviço público, não deixa de ser dona de casa. Mesmo que ela delegue tarefas que antes fazia, ela é sempre a dirigente da casa, do lar.

Eu quero encerrar, Senador Randolfe – que agora preside a sessão –, homenageando as mulheres aqui do Senado. Já homenageei as Senadoras, mas quero homenagear a nossa querida Claudia, Secretária-Geral da Mesa, as secretárias, começando pela minha conterrânea Zilá, as taquígrafas, as jornalistas, que fazem o dia a dia deste Senado. São pessoas que passam anonimamente. A televisão as mostra por acaso, porque, logicamente, focaliza o trabalho do Parlamentar, seja aqui na tribuna, seja nas Comissões.

Encerro, portanto, parabenizando todas as mulheres do Brasil e especialmente as do meu querido Estado de Roraima.

Muito obrigado.

Peço a V. Ex^a que autorize a transcrição de alguns documentos que aqui li.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA

DE BOA VISTA

Um Jornal Necessário

Coluna Social

* Mesmo com importantes conquistas, como a Lei Maria da Penha, as mulheres continuam sendo vítimas de vários tipos de violência, entre as quais a violência doméstica de seus próprios parceiros. Apesar de todo o acesso à informação dos novos tempos, ainda existe criatura do sexo masculino que se ocupa da inadmissível prática da violência moral contra mulheres, com achincalhes e execrações públicas. O pior de tudo é que há quem dê apoio e até patrocine essa execrável conduta que, aliás, é crime.

Em Alta

* No Dia Internacional da Mulher, esta coluna presta homenagem a todas as mulheres, por meio de destacadas pessoas, cuja importância é verdadeiro exemplo para todos. A presidente do nosso país, engenheira Dilma Rousseff; a jovem senadora da República de Roraima Ângela Portela; a presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, desembargadora Tânia Vasconcelos Dias; e a presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer, a médica Magnólia Rocha.

A presidente Dilma Rousseff, ladeada pela filha Paula e pela mãe, D. Dilma Jane

Especial

* Nossa homenagem especial às mulheres do Grupo Folha, que tem na sua Direção Geral a jornalista Paula Cruz; no Departamento Pessoal, a administradora Nazaré Cruz; e como diretora da rádio Folha, Carolina Cruz.

* A maioria dos jornalistas da Folha é composta por mulheres. São editoras do Jornal Necessário: Loide Gomes (editora-chefe), Éli-san Paula Rodrigues (Editoria de Política), Vanessa Brandão (Cultura e Variedades), e Shirley Rodrigues (Sociedade).

Especial II

* Compõem a editoria de Cidades Vaneza Targino (Chefe de Redação), Andrezza Trajano, Vanessa Lima, Naíra Souza, Yana Lima e Cyneida Correa. Na FolhaWeb, atuam: Vaneza Targino, Andrezza Trajano e Neidiana Oliveira.

* Três mulheres da Folha são correspondentes de grandes veículos de comunicação de circulação nacional: Andrezza Trajano, da Folha de São Paulo; Loide Gomes, do Estadão; e Cyneida Correa, do Portal Terra.

Seminário

* A Assembleia Legislativa, por meio do Centro Humanitário de Apoio à Mulher - Chame, estará realizando o seminário Programa Atual do Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Roraima.

* O evento, que acontecerá dia 11, terá sua abertura às 8h, na sede daquele poder, onde ocorrerão várias palestras, e será encerrado às 18h, com um show alusivo à mulher, na praça Germano Augusto Sampaio, no Píntolândia.

A presidente do TRE, desembargadora Tânia Vasconcelos Dias, a primeira (e até o momento única) mulher a ocupar o mais alto posto da Justiça no estado

Trânsitolivre

* Inaugurando idade nova nesta segunda-feira D. Francisca Rocha e D. Dôla Moura, ambas recebendo homenagens desta página.

* Na terça-feira, Dia Internacional da Mulher, quem inaugura idade nova é a querida professora Dalva Honorato de Souza Dias.

* Também trocando na terça-feira de Carnaval o eterno Rei Momo, Jacirzinho Cruz, e a querida Jussara Monteiro.

* Na Quarta-Feira de Cinzas quem está de aniversário é Cecy Moreira e Rafael Assaf. A todos, bom feriado.

Eventos vão marcar o Dia da Mulher

O Dia Internacional da Mulher, comemorado amanhã, 08, será lembrado com eventos em diversos pontos de Boa Vista. A programação inclui desde palestras a atendimento de saúde.

Na Prefeitura de Boa Vista as homenagens tiveram início desde a sexta-feira passada, 4. Unidades de saúde ofereceram exames preventivos. Na quarta-feira, 9, a prefeitura fará cadastro de reeducandas da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista no programa Bolsa Família.

Por meio do Cadastro Único para Programas Sociais (Cad-Único), elas terão direito não somente ao Bolsa Família, como a outros benefícios. O governo do estado não informou sua programação para a data.

No período de 10 a 11 de março, a Faculdade Cathedral promoverá uma série de atividades para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Trata-se da I Semana da Mulher Cathedral, com vários serviços oferecidos tanto para as funcionárias da instituição quanto para as acadêmicas. As atividades serão coordenadas pelas alunas do curso de fisioterapia.

As oficinas de drenagem linfática, pilates, RPG, hidroterapia e a avaliação cardíaco-pulmonar serão realizadas na Clínica Integrada de Fisioterapia no horário das 14h às 18h. Já a oficina da musculatura pélvica será no Laboratório II de Fisioterapia (sala 103 - bloco I) e a avaliação postural no Laboratório I de Fisioterapia (sala 108 - bloco I), no horário das 14h às 20h.

Haverá ainda ginástica laboral e orientações sobre câncer de mama destinadas especificamente para as funcionárias da Cathedral. "Acadêmicos do 3º ao 8º semestre do curso estão mobilizados na realização das atividades. Eles que irão realizar as oficinas, sob a orientação dos professores. Com certeza a I Semana da Mulher Cathedral será um sucesso", destacou a coordenadora do curso de fisioterapia, Denise Rasia.

O Senac também participará do evento oferecendo corte de cabelo e design de sobrancelhas no hall dos blocos I e II, no horário das 14h às 20h. Para participar das atividades, as funcionárias e acadêmicas só precisam se dirigir para os locais especificados.

Data ficou marcada por massacre

Celebrado em 8 de março, tem como origem as manifestações das mulheres russas por "Pão e Paz" - por melhores condições de vida e trabalho e contra a entrada do seu país na Primeira Guerra Mundial. No Dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte-americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve.

Elas ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano. Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem às mulheres que morreram na fábrica em 1857. Somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador Mozarildo. Determinamos que V. Ex^a seja atendido na forma do Regimento.

Parabéns pelo pronunciamento e pela lembrança; que tornemos esta sessão não deliberativa de Quarta-feira de Cinzas em uma sessão complementar de homenagem às mulheres brasileiras.

É com prazer que convido para utilizar a tribuna o Senador Alvaro Dias e, em seguida, a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, desde o final do ano, estamos verificando uma mudança no discurso do Governo relativamente ao que se pronunciava no período eleitoral. O momento mágico deu lugar a um cenário de dificuldades, mas a manipulação das informações, a mistificação mantém-se como estratégica.

Há poucos dias, o Governo comemorou um PIB que considerou extraordinário, mas o próprio IBGE, que é um órgão público, um órgão do Governo, em nota publicada esclarece: “Em 2010, o PIB brasileiro variou 7,5% em relação a 2009. Beneficiado pela baixa base de comparação do ano anterior (...)” – exatamente o que dissemos quando da divulgação do PIB.

O Governo comemora um PIB irreal, se partirmos do princípio de que ele tem como base, como ponto de partida um PIB negativo, ou seja, o parâmetro é o PIB negativo de 2009. Portanto, não há razões para essa comemoração. Mas o Governo habituou-se à mágica contábil para convencer a opinião pública.

Estes números que trago agora já os trouxe anteriormente, mas hoje eles estão repetidos na imprensa, especialmente em matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, que divulga a opinião de um economista, Mansueto Almeida, que é um pesquisador do Ipea. Na matéria, diz:

A presidente Dilma Rousseff herdou um problema fiscal mais sério do que o desequilíbrio que forçou o governo a programar um corte de R\$50,1 bilhões nas despesas deste ano. A causa seria a maquiagem das contas de 2010, numa estratégia que vem sendo repetida desde 2003.

É outro órgão público, uma instituição pública. O Ipea é do Governo. Não é a Oposição que está falando; é um economista que presta serviços ao Ipea.

A suspeita surgiu porque o bolo de despesas iniciadas em 2010 cujo pagamento ficou para este ano, os chamados restos a pagar, foi muito grande: R\$128,8 bilhões. Esse valor não aparece no Orçamento. Ou seja, o corte não o afetou, e ele continua exercendo pressão sobre o caixa.

“O governo tem um problema com sua gestão fiscal ainda maior do que aquele que aparece nas análises do orçamento aprovado”, diz Mansueto na nota técnica Restos a Pagar e Artifícios Contábeis.

Portanto, o economista confirma aquilo que estamos afirmando há algum tempo. Há mágicos da contabilidade no Governo que procuram esconder números negativos, transformando-os em positivos, como se fez, por exemplo, quando, para melhorar o resultado de 2010, o Governo utilizou o aumento das receitas em 31,9 bilhões, decorrente da captação da Petrobras. E nós aprovamos aqui medida provisória que transferia ao BNDES o valor utilizado para a capitalização da Petrobras.

As mágicas do Governo já são conhecidas da Oposição, mas agora essas mágicas passam a ser confirmadas por técnicos, por economistas que servem o próprio Governo.

Para resumir, restos a pagar: R\$128,8 bilhões. O Governo anuncia que neste ano pagará cerca de 41 bilhões de restos a pagar.

Há a previsão de que um calote ocorrerá, da ordem de 34 bilhões, conforme se anunciou nos últimos dias. A Ministra do Planejamento estava sugerindo cortes que resultariam num calote de cerca de 34 bilhões, e esses números foram revelados detalhadamente pelo *site* Contas Abertas.

Portanto, o Governo não pagará neste ano 128 bilhões referentes a restos a pagar. O que pretende pagar, cerca de 41 bilhões, é exatamente o equivalente aos investimentos verificados no ano passado durante, portanto, o último ano da gestão do Presidente Lula. Exatamente R\$41 bilhões.

Isso significa que os 50 bilhões de cortes anunciados pelo Governo ficarão muito aquém daquilo que terá de ser contingenciado do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, já que os cortes dizem respeito à eliminação de investimentos e gastos que seriam realizados no exercício pelo Governo. E o contingenciamento certamente ocorrerá em razão da necessidade de o Governo pagar restos do governo anterior.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na esteira da manipulação e das mágicas contábeis, nos últimos dias, um estudo foi revelado pela imprensa, realizado por um economista de esquerda que atua na

Universidade Federal do Rio de Janeiro, o economista Reinaldo Gonçalves.

Pelo estudo dele, denominado *Evolução da Renda no Governo Lula: Cinco Conclusões Definitivas*, “a divulgação dos dados da evolução da renda do Brasil pelo IBGE e a base de dados do FMI permitem algumas conclusões definitivas a respeito do desempenho da economia brasileira durante o Governo Lula”, segundo o economista Reinaldo Gonçalves.

Primeira conclusão: fraco desempenho pelos padrões históricos do País.

O crescimento médio anual do PIB real é de 4% no Governo Lula, mais especificamente 3,5% em 2003-2006 e 4,5% em 2007-2010. Mesmo no segundo mandato, a taxa alcançada não supera a média secular do País (1890-2010, Período Republicano, [que é de] 4,5%). Portanto, o desempenho do Governo Lula é fraco pelos padrões históricos brasileiros, [e o economista apresenta uma tabela com todos os detalhes da performance econômica nesse período].

Segunda conclusão: muito fraco desempenho quando comparado com outros Presidentes.

Desde a proclamação da República, o País teve 29 Presidentes (Vargas teve dois mandatos separados temporalmente). Neste conjunto, Lula ocupa a 19ª posição quanto ao crescimento da renda, ou seja, 18 outros Presidentes tiveram melhor desempenho. Quando esse conjunto é dividido em quatro grupos, Lula está no terceiro grupo. De outra forma, pode-se afirmar que Lula teve o 11º pior desempenho no conjunto dos mandatos presidenciais. [Também há uma tabela detalhada a respeito.]

Terceira conclusão: retrocesso relativo no conjunto da economia mundial.

No período de 2003-2010, três indicadores merecem destaque. O primeiro é a participação do Brasil no PIB mundial. Dados de paridade de poder de compra mostram que não houve alteração. A participação média do Brasil em 2001-2002 é a mesma em 2009-2010 (2,9%). [Portanto, houve estagnação.]

O segundo indicador é a posição relativa do Brasil no **ranking** da economia mundial quando se considera a taxa de variação real do PIB no período de 2003-2010. O Brasil ocupa a 96ª posição no painel de 181 países. Ou seja, dividindo este conjunto em quatro grupos, o Brasil está no terceiro grupo. O crescimento médio anual do PIB do País (4%) está abai-

xo da média (4,4%) e da mediana (4,2%) do painel mundial.

Portanto, o que retrata o estudo realizado pelo economista é exatamente o oposto daquilo que se pretendeu alardear quando se falava em espetáculo de crescimento.

Na realidade, não houve espetáculo de crescimento algum. O que houve, no País, foi o desperdício de oportunidades. Quando a economia mundial vivia um grande momento, quando o mundo todo crescia de forma significativa, o Brasil desperdiçava oportunidades de crescer de forma compatível com as potencialidades econômicas de que dispõe, especialmente se estabelecermos parâmetros de comparação com outros países, o que fizemos aqui, recentemente, trazendo à tribuna os índices de crescimento dos países da América Latina e comparando-os com os nossos.

“Quarta conclusão: País fortemente atingido pela crise global em 2009”.

Antes deste item, é bom dizer também que um outro indicador é o PIB **per capita**. Este indicador de renda para o Brasil aumentou de 7,45 para 10,89. Entretanto, a posição do País no **ranking** mundial piorou. O País passou do 66º lugar para 71º. Ou seja, houve um retrocesso relativo.

Isso ressalta o bom momento da economia mundial. Embora o Brasil tenha evoluído em matéria de renda **per capita**, no concerto internacional, na comparação com outros países, ele sofreu um retrocesso, caminhou para trás. Ou seja, não aproveitou as oportunidades reais, resultantes do cenário favorável da economia em todo o mundo.

Quarta conclusão: país fortemente atingido pela crise global em 2009. A crise econômica de 2009 teve alcance global. O Brasil é um país marcado por forte vulnerabilidade externa estrutural. O passivo externo bruto ultrapassou US\$1.292 bilhões no final de 2010. No período 2003-10, houve reprimarização da economia brasileira, inclusive com significativo aumento do peso relativo das commodities nas exportações brasileiras. Há evidência de que desindustrialização e maior participação do capital estrangeiro no aparelho produtivo também ocorreram no período em questão. A crescente liberalização financeira e o regime de câmbio flexível implicam maior instabilidade. O resultado é que a crise internacional atingiu fortemente o País em 2009. A queda do PIB real foi de 0,6%. No painel mundial o Brasil ocupa a 85ª posição, segundo a ordem crescente da variação do PIB neste ano. Dividindo

este painel em quatro grupos, verifica-se que o país está no segundo grupo dos mais atingidos. Ademais, a frágil posição brasileira é evidente quando se fala em conta que a taxa média (simples) e a mediana da variação do PIB do painel são 0,1% e 0,2%, respectivamente.

Portanto, apenas para atestar que não houve simplesmente uma marolinha como decorrência da crise internacional. Nós tivemos, sim, um abalo significativo. O impacto foi violento sobre a economia do Brasil, e esses números revelam esse fato.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – V. Exª me permite um aparte, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Concedo. Eu pretendia avançar, mas concedo a V. Exª.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Agradeço, muito obrigada. Eu estou aqui ouvindo o seu pronunciamento entusiasmado, aí, sobre os números... Às vezes, até parece uma torcida para que de fato...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não é entusiasmado, não. É triste.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Vou terminar meu raciocínio: entusiasmado, até parece uma torcida para que o que o senhor está relatando, de forma tão pessimista, fosse a realidade do País. Mas eu também fico perplexa, porque parece-me que o senhor esqueceu um período do governo do PSDB. O senhor fala que nós estamos numa estagnação econômica e, agora mesmo, o senhor falou que a média de crescimento do Brasil no governo do Presidente Lula foi de 4%, pouco mais de 4%. A média de crescimento do País no governo do Presidente Fernando Henrique – portanto, do PSDB – foi de 2,3%, muito abaixo, quase a metade do que cresceu no governo do Presidente Lula. Os 7,5% crescidos em 2010 – aliás, nós só tivemos um resultado como esse em 1986, portanto há 24 anos –, apesar de terem sido em cima de um ano que não teve crescimento, é de muita significância para a nossa economia. E muito acertada é a política econômica que o Governo fez, inclusive para enfrentar a crise. É claro que a crise pegou em cheio o Brasil, como pegou em cheio qualquer outro país. Vamos ver quais são os países que estão se recuperando e como estão se recuperando. E o Brasil tem mostrado índices animadores, inclusive atraindo para cá capital produtivo, de investimento, no nosso País. O técnico a que o senhor se refere do Ipea, o Sr. Mansueto – aliás, é um técnico e, como tal, quando escreve um estudo ou divulga uma pesquisa, tem liberdade para fazê-lo, mas isso não quer dizer que o Ipea pense como ele –, é conhecido já por suas posições mais neoliberais, fiscalistas, aliás muito alinhadas à posição do PSDB. Se ele escrevesse de forma diferente, eu ficaria aqui

surpresa. O mesmo ocorre com o estudo, se não me engano, do Reinaldo Gonçalves, de que o senhor está falando e que está colocando as conclusões. Ele tem uma visão muito crítica ao nosso Governo, sempre teve, e não reflete a realidade. A renda no Brasil cresceu. Tivemos agora, em janeiro, o quarto melhor resultado de crescimento de renda histórico no País, desde 2002. O jornal **O Valor** traz hoje uma matéria, cuja leitura eu sugiro: “Classe média expande fronteiras”, em que fala do crescimento da classe média no Nordeste e no Centro-Oeste brasileiro, do aumento de renda do povo trabalhador, do consumo. Sessenta por cento do PIB divulgado em 2010 se referem ao consumo das famílias, que cresceu 7%. O consumo do Governo cresceu apenas 3%, Senador. Mesmo assim, estamos fazendo um ajuste para equilibrar as contas públicas. Outro dado importantíssimo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Já estou encerrando, é que os investimentos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senão acaba o meu tempo.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Não, hoje a Mesa está mais condescendente. Os investimentos no País cresceram 21,8%, ou seja, há formação bruta de capital fixo. Isso é muito importante, então, a gente dizer para estabelecer a verdade dos fatos. O Brasil tem rumo; ninguém está maquiando conta no Orçamento; tem responsabilidade, e eu tenho certeza de que, no ano que vem, vamos mostrar de novo ao País um crescimento vigoroso e uma economia em bom desenvolvimento. Agradeço o aparte.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Bom, primeiramente, a nossa preocupação aqui não é com a interpretação, é com o relato. O que nós estamos destacando é que o Governo maquia as contas desde 2003. Não é um fato novo, é recorrente. E maquia as contas exatamente para iludir não apenas a Senadora Gleisi. Ela tem razões subjacentes, tem razões recorrentes, tem razões visíveis e invisíveis para acreditar sempre no Governo. Ela não tem nenhuma razão para contrariar o Governo. Mesmo que os olhos dela enxerguem o vermelho, ela é obrigada a dizer que está vendo o verde.

Nós estamos relatando números resultantes de um estudo de profundidade, feito por técnicos que são da maior respeitabilidade no País, não só na academia. São respeitáveis, como Mansueto, no serviço público e na academia, como Reinaldo Gonçalves.

Estabelecer como parâmetro de comparação o crescimento do PIB num período em que o combate à inflação se deu de forma eficaz... O período Fernando

Henrique Cardoso foi um outro período, com cenário mundial diferente, com várias crises devastadoras no mundo, e o objetivo central do Governo: a destruição da inflação para estabilização da economia. É claro que os números eram diferentes, mas, se nós estabelecermos parâmetros de comparação dos números daquele período no Brasil com os números daquele período em outros países do mundo, verificaremos que a *performance* foi melhor do que a verificada nos últimos anos de bonança econômica internacional.

Eu vou conceder um aparte também ao Senador Aloysio Nunes, para depois concluir o pronunciamento. Mas dizendo que esses números não são números da oposição, são números que foram investigados, pesquisados e estudados por técnicos em economia e que buscaram, no cenário internacional, os parâmetros de comparação que estamos trazendo agora à tribuna do Senado.

Eu concedo o aparte ao Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Senador Alvaro Dias, eu acompanhei com muita atenção o aparte que o discurso de V. Ex^a mereceu da nobre Senadora Gleisi Hoffmann e queria registrar apenas uma estranheza em relação a esse aparte: S. Ex^a se vale de um argumento *ad hominem*, quer dizer, os números que V. Ex^a apresenta teriam origem suspeita porque os pesquisadores do Ipea... um é crítico contumaz do Governo e o outro é neoliberal. Estranho esse tipo de argumento! Números são números, são dados, são fatos, não é? E, em matéria de neoliberalismo, eu creio que nada supera o Governo que V. Ex^a defende, nobre Senadora Gleisi Hoffmann e nobre Líder Alvaro Dias, e um neoliberalismo que é mascarado por um discurso triunfalista que não se sustenta diante das preocupações que não são do Líder Alvaro Dias, mas são de todos. E o que me espanta, o que me preocupa, é que o PT e o Governo não compartilhem dessas preocupações com os limites que são apontados e que são evidentes que a nossa economia encontra para que o nosso crescimento seja sustentado. São limites seriíssimos, de infraestrutura, limite cambial; a inflação se aproximando do teto; problema de mão de obra; desindustrialização. Então, são limites evidentes que preocupam a todos e que, se não houver, por parte do Governo e daqueles que o sustentam, como pessoas da competência e do tirocinio de V. Ex^a, se não forem tocados também por essa preocupação, não sei para onde vai o País. Veja, pouco tempo atrás, um técnico do FMI disse que o Brasil tinha problemas fiscais graves. Ele foi desqualificado pelo Ministro da Fazenda, que é o mesmo atual – isso foi no final do governo passado: “Crise fiscal coisa nenhuma. O Brasil vai muito bem,

não precisa de corte em Orçamento coisa nenhuma. Está tudo ótimo!”. Esse mesmo Ministro da Fazenda depois aplica um ajuste fiscal de 50 bilhões, e o Banco Central acaba de aumentar a taxa Selic, medidas essas que foram, agora, muito recentemente, elogiadas pelo Diretor-Geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn. Então, o Governo do PT segue, rigorosamente, a receita do FMI. É um Governo neoliberal. E mais: um Governo que não reconhece as dificuldades que o nosso País tem diante de si para que possamos nos mobilizar – todos, situação e oposição –, para resolvê-las. Obrigado pelo aparte, nobre Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte lúcido, acrescentando apenas que essa prática de empurrar despesas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...para o futuro é adotada pelo Governo do PT desde 2003. Isso vem na esteira da estratégia da manipulação, da desinformação, da mentira; da estratégia de escamotear a verdade para tentar iludir, para confundir e para esconder que há, sim, desperdício de oportunidades ao longo desse tempo.

Sr. Presidente, eu vou concluir, atendendo ao chamamento de V. Ex^a. O último tópico diria respeito à última conclusão de Reinaldo Gonçalves, relativa ao processo de ajuste frente à crise global, influenciado pelo ciclo eleitoral e oportunismo político. Esse tópico, vou ficar devendo, para concluir elencando a síntese das conclusões:

- 1) fraco desempenho pelos padrões históricos do país;
- 2) muito fraco desempenho quando comparado com outros presidentes;
- 3) retrocesso relativo no conjunto da economia mundial;
- 4) país fortemente atingido pela crise global em 2009;

E, quinto, esse processo eleitoral e de oportunismo verificado em 2010.

O que há para 2011 é uma herança certamente maldita, que implica R\$128,8 bilhões de restos a pagar e a necessidade de ajuste fiscal, com um contingenciamento que não sabemos que patamar atingirá até o final do ano – é bom dizer que nós só teremos condições de avaliar realmente o contingenciamento realizado e onde foi realizado no ano de 2011, quando nós tivermos a oportunidade de analisar a execução orçamentária deste exercício, porque a palavra do Governo nem sempre é honrada.

Nós já estamos habituados a ouvir um discurso que não se consubstancia na prática. Ao contrário, a

prática nega o discurso. Por essa razão, estamos trazendo números que não são nossos, que, na realidade, confrontam com os números da mistificação muito mais como um alerta que a oposição deve fazer ao País.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – É possível, Senador, ainda fazer um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu estou sendo castigado pela campainha.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – É porque o meu pronunciamento, hoje, será sobre as mulheres. Eu não vou ter a oportunidade de fazer um debate sobre esse tema que acho de muita relevância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Alvaro Dias, se quiser, acrescento mais cinco minutos ao seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Desde que me dê o tempo necessário para responder o aparte da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Será dado. Hoje não estamos com a lista cheia de oradores, então, há condescendência da Mesa para o bom debate seguir. Estão acrescentados cinco minutos a V. Exª, Senador Alvaro Dias.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Agradeço ao Presidente e também aos nobres colegas Senadores, porque acho muito importante nós fazermos este debate sobre a situação do País e o nosso futuro. Eu fico um pouco triste, Senador, pela sua forma de se expressar em relação ao governo Lula, usando adjetivos tão pesados. Eu sempre fiz oposição ao PSDB, ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas sempre o fiz dentro do debate das ideias e das concepções. Quando eu digo aqui que o PSDB tem um alinhamento neoliberal, eu o faço não no sentido de prejudicar a imagem, mas no sentido de que a concepção do partido no governo do Presidente Fernando Henrique foi essa, inclusive respondendo também ao Senador Aloysio Nunes, por quem eu tenho muito respeito, muita consideração. Mas foi. Todas as políticas adotadas eram políticas que não estavam de acordo com a ampliação da renda. Nós tínhamos muitas crises internacionais, que, aliás, eram em países periféricos, não em países centrais, como aconteceu agora com os Estados Unidos, uma das maiores crises da história. Nós tínhamos uma crise na Ásia e o Brasil já se ressentia. E, em vez de nós termos medidas contracíclicas, o que é que nós tínhamos? Aumento de juros, redução de crédito, redução das despesas de governo. E entrávamos numa recessão, num desemprego, numa falta de condições para o povo trabalhador e para o povo brasileiro se desenvolver. O que nós tivemos com o governo Lula – e por isso é um governo que tem uma visão de desenvolvimento do País? Numa das maiores crises,

o que nós fizemos? Ampliamos o crédito, baixamos a taxa de juros, aumentamos os investimentos, retiramos impostos. E, aí, o Estado brasileiro conseguiu superar a crise. Por isso, nós crescemos 7,5%. Se fôssemos adotar as medidas adotadas pelo governo do PSDB, que eram medidas, sim, neoliberais, fiscalistas, nós teríamos entrado numa recessão imensa. Agora, nós estamos num período contracíclico. Nós precisamos fazer ajustes, e são ajustes que não terão impactos como tiveram aqueles que foram tomados no governo passado. São ajustes de corte orçamentário, mas não em áreas essenciais, que são as áreas do investimento do PAC, Senador Aloysio, justamente para trazer infraestrutura para o País, para trazer rodovia, ferrovia, aeroportos. Uma infraestrutura que ficou parada por mais de 20 anos e que o governo do PSDB não conseguiu retomar, porque tinha um único discurso, que era a questão inflacionária. Era óbvio que precisávamos combater a inflação, que teve méritos nesse processo. Mas não podia ficar restrito só a isso, teria que ter um outro olhar para o desenvolvimento do País. Hoje não, hoje nós temos perspectiva de futuro. O desemprego, Senador Alvaro Dias, em janeiro, teve um dos índices mais baixos da história: 6,3%. Isto é muito importante, um país que tem emprego, um país que expande renda, um país onde as pessoas podem comprar melhor, comprar roupa, comprar calçado, comprar comida, é um País que está crescendo. Um ajuste no Orçamento é algo que precisa ser feito neste momento e isso não é uma maquiagem de contas públicas. Restos a pagar existem, aliás eles estão lá, 4.320, disciplinando o restos a pagar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Os cinco minutos estão indo, Sr. Presidente. São mais cinco.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – E restos a pagar que, inclusive, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tinha bastante, eu acompanhava o Orçamento nesta Casa, quando fui assessora na Câmara dos Deputados. Então, Senador, é importante resgatarmos isso porque senão parece que há uma catástrofe, que aqui só tem mentirosos. É claro que nós fazemos alarde de um crescimento de 7,5%. Levamos 24 anos para alcançar este índice. Vinte e quatro anos! Então, por isso é importante estabelecer a verdade dos fatos. E só para terminar, quando eu falo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu agradeço o aparte de V. Exª.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Só estou terminando, eu tenho certeza de que a Mesa lhe dará mais um minuto porque ...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Exª está fazendo um discurso, não um aparte. O Regimento

diz que os apartes devem ser sucintos e V. Ex^a faz um discurso maior do que o meu num aparte.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Não, eu estou fazendo um debate, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E repetindo a publicidade oficial do Governo...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Não é verdade, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...no mesmo estilo de mistificação.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – O senhor é um cavalheiro, eu o conheço do Paraná, sempre foi muito respeitoso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Embora seja Dia da Mulher, estamos comemorando o Dia da Mulher...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Por isso mesmo, eu devia ter um aparte maior.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... V. Ex^a não pode se prevalecer disso.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Eu vou encerrar, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu vou responder o aparte de V. Ex^a.

V. Ex^a repete um chavão petista dos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Alvaro Dias, conceder-lhe-ei, por equidade, os mesmos cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado.

V. Ex^a, Senadora Gleisi, repete o mesmo chavão petista desses últimos oito anos: que o governo Fernando Henrique foi um governo neoliberal. Eu não sei o que V. Ex^a entende por neoliberalismo. Eu não conheço a sua definição sobre neoliberalismo. Ocorre que, se o governo Fernando Henrique Cardoso foi neoliberal, o que é o governo do PT? Afinal, o programa econômico é o mesmo, a política econômica é a mesma. A questão que se debate é quem executou melhor a política econômica, porque não houve mudança. Os programas sociais foram todos clonados do período Fernando Henrique Cardoso. A política econômica é exatamente igual, evidentemente que pode ser diferente quanto à qualidade da execução, do gerenciamento. E não há um novo programa social do governo Lula, o que há é muita ingratidão.

E V. Ex^a diz que eu uso palavras fortes. Não são as minhas palavras que são fortes. A realidade é que é forte. A realidade da mistificação, sim, da utilização da mentira como arma para alvejar os adversários, desconstruindo patrimônio por eles adquirido ao longo do exercício de mandatos que ofereceram ao País a

estabilidade econômica, a sustentabilidade financeira, a responsabilidade fiscal e a recuperação da competitividade da economia, ignorando esse fato, valendo-se dos frutos dessa construção, mas renegando esse passado de êxito para alardear feitos que, lamentavelmente, não constatamos no patamar em que pretendem colocá-los. Especialmente a questão do crescimento econômico referida, não por nós da oposição, mas por especialistas que estudam, que aprofundam, que investigam e que revelam os fatos com a crueza dos números.

Nós estamos no início de uma gestão em que se constata que houve mudança do Presidente, mas não houve mudança do modelo adotado. O modelo é o mesmo. Quando se fala em cortar, fala-se apenas ou corta-se onde não se poderia cortar: na educação, na saúde, na área social, no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Como admitir cortes num programa habitacional do Governo que não alcança os percentuais anunciados nem mesmo de longe? Na verdade, onde se deveria cortar não cortam, não possuem coragem política para realizar uma reforma administrativa, para eliminar o supérfluo, para acabar com o paralelismo, com a superposição de ações, com os gastos desnecessários. É um Governo perdulário.

Ainda agora, a Presidente Dilma foi passar o carnaval na Barreira do Inferno e gastou-se R\$8 milhões para a reforma das instalações, a fim de que a Presidente pudesse ir lá passar quatro dias de carnaval.

Portanto, é um Governo gastador, é um Governo perdulário, é um Governo irresponsável em relação aos gastos que efetua, e nós não podemos, evidentemente, usar punhos de luva diante desse descabro administrativo que há no Brasil, acobertado por uma publicidade oficial competente. Nisso são competentes, e evidentemente lançam mão de recursos públicos não só para a veiculação dessa publicidade, da massificação da informação distorcida, mas, sobretudo, gastam exageradamente no aparelhamento do Estado brasileiro. Aparelham o Estado, puxando para baixo a qualidade da gestão, privilegiando as forças partidárias que...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concluo, agradecendo a V. Ex^a. Eu dizia que, privilegiando as forças partidárias que sustentam o Governo, em detrimento da qualificação técnica e profissional que dariam não só autoridade de gestão, mas, sobretudo, qualidade na prestação de serviços à sociedade brasileira.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Sei que este debate não termina hoje.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, e agradecer também os apartes que acabaram trazendo um profícuo debate, nesta tarde de quarta-feira, no Plenário do Senado.

A próxima oradora é a Senadora Gleisi Hoffmann e, em seguida, o Senador Randolfe Rodrigues, este que preside. Por conta disso, Senador Mozarildo, peço a V. Ex^a a gentileza de vir aqui assumir a Presidência, visto que serei depois da Senadora Gleisi

V. Ex^a tem a palavra, Senadora.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, é claro, de continuar o debate que aqui iniciei com o Senador Alvaro Dias, mas hoje o meu pronunciamento é dedicado às mulheres. Então, vou deixar os temas da economia e do desenvolvimento do País para uma próxima oportunidade, ou até mesmo para um próximo discurso aqui desta tribuna.

Na semana passada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa celebrou duplamente as mulheres agraciou seis ilustres brasileiras com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz – entre elas, uma paranaense, a poetisa Chloris Casagrande Justen, uma amiga muito diletta; e realizou a sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Na ocasião, nós tivemos oportunidade de ouvir vários pronunciamentos de Parlamentares e homenageadas, sendo que todos exaltaram o momento histórico em que vivem as mulheres no Brasil, que elegeu a sua primeira Presidenta, e também no mundo.

Ao me pronunciar, ainda que de forma rápida, procurei parabenizar todas as mulheres deste País, sobretudo aquelas que, mesmo no anonimato, tantos serviços prestam à nossa causa, levando suas vidas com dignidade e altivez, superando a cada dia todos os obstáculos que se impõem. E não duvidem, os obstáculos são muitos.

Hoje, volto à tribuna para continuar homenageando as mulheres, um dia depois da comemoração oficial do Dia Internacional da Mulher, o 8 de março.

Certamente, uma das maiores conquistas femininas do Brasil, sobretudo do ponto de vista legal, depois da conquista do voto, foi a sanção da Lei Maria da Penha. Seus resultados já são positivamente sentidos e merecem de todos nós o devido reconhecimento. E foi para exaltar esse marco histórico que, em conjunto com outras Senadoras e Senadores, propusemos um requerimento para a celebração dos cinco anos da Lei Maria da Penha, que vai se realizar agora, no dia 4 de agosto próximo, a data da sanção da lei. Aqui teremos chance de expressar e comemorar os avan-

ços já obtidos no combate à violência contra a mulher nesse período. Afinal, a Lei Maria da Penha mexe com valores muito importantes. Trabalha com a concepção e o modelo existentes nas relações entre homens e mulheres, e, portanto, tira da invisibilidade a violência sofrida por milhares de mulheres, todos os dias, neste País, apresentando medidas concretas para erradicar a impunidade e enfrentar a banalização da violência.

Foi exatamente por isso, em resposta a uma decisão absolutamente esdrúxula da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, o STJ, ocorrida no final de janeiro, que apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2011.

O Tribunal determinou que os processos envolvendo a Lei Maria da Penha poderão ser suspensos condicionalmente, em período de quatro anos. Segundo a Corte, a suspensão do processo dependerá do comportamento do réu e da reparação dos danos causados, quando possível. A Corte entendeu que a Lei Maria da Penha é compatível com a Lei dos Juizados Especiais Criminais, que permite a suspensão de pena nos casos em que a condenação for de um período inferior a um ano.

Foi justamente contra esse entendimento que apresentamos o PLS nº 49, porque ele pretende clarificar, na própria Lei dos Juizados Especiais, a impossibilidade de suspensão de penas privativas de liberdade aplicadas no âmbito da Lei Maria da Penha.

Não queremos aqui ter um rigor absoluto contra os homens. Não se trata disso. Queremos ter um rigor absoluto contra aqueles que praticam sim a violência contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico, ainda que essa violência seja classificada para ter uma penalidade inferior a um ano. Por que isso? Porque, se nós não formos firmes no combate à violência doméstica, nós não vamos conseguir ser firmes no combate à violência da sociedade. Aliás, a violência doméstica, Senador Mozarildo, é na realidade o nascedouro de toda a violência que nós temos na sociedade. Um filho que nasce e cresce vendo o pai bater na mãe, desrespeitar a mãe, não é uma criança que vai ter valores de paz e de solidariedade para oferecer à sociedade. Via de regra, vai, com certeza, aumentar essa violência na sua vivência em sociedade. Então, temos que combater com muito rigor.

Fiquei muito feliz, porque o Senador Eunício, nosso Presidente na CCJ, designou a Senadora Marta Suplicy para ser a Relatora desse projeto, e aqui, neste plenário – porque a CCJ é uma comissão terminativa desta matéria –, comprometeu-se, se ela entregar o Relatório até o dia 17, a votarmos na CCJ esse projeto de lei que altera a Lei dos Juizados Especiais, dando, portanto, um presente às mulheres, porque devemos

aqui ser guardiãs da Lei Maria da Penha, que é uma lei que avançou muito no nosso sistema penal e também nos direitos das mulheres.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Gleisi, ainda agora tivemos oportunidade de trocar ideias sobre a questão da participação da mulher na política, sobre a importância dos avanços que têm acontecido desde quando a mulher passou a ter direito a votar – imagine, não podia nem ser votada. É evidente que estamos avançando. Disse no meu pronunciamento anterior que todo homem, no fundo, podia até sofismar, mas no fundo o homem... Até há um ditado popular que diz que homem que é homem não bate em mulher. Então, na realidade, homem que bate em mulher, no meu entender, é capaz de qualquer outra atrocidade, porque, como frisei, qual é o homem que não tem uma boa lembrança da mãe? Qual é o homem que não tem uma boa lembrança da avó e de tudo que ele recebeu das mulheres – nove meses no útero, alguns anos no seio da mãe? Então, acho que realmente é muito importante que possamos ter uma legislação mais rigorosa contra essas pessoas que até não deveriam ser chamados adequadamente de homens. Entendo que é preciso ter sensibilidade até com qualquer pessoa, mas especialmente com a mulher. Eu quero, portanto, colocar-me ao lado desse movimento, porque acho que é fundamental que tenhamos um país que seja exemplo para os outros e não que se mire no exemplo dos outros. Então, não adianta aqui a gente falar que no país tal as mulheres ainda não podem nem falar, ou naquele país as mulheres têm que andar dessa ou daquela forma. Eu quero saber que nós temos que ser exemplo e não copiar nada de ninguém. Parabéns, portanto, pelo pronunciamento. E reitero aqui o meu parabéns, o meu abraço a todas as mulheres do Brasil, corrigindo um lapso: parabeneizei todas as mulheres, menos as minhas auxiliares diretas, que trabalham comigo no meu gabinete, no meu escritório, lá no meu Estado, que são as responsáveis pelo meu sucesso.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Mozarildo. Agradeço o aparte. V. Exª tem razão: nós temos que estar à frente tentando ser o exemplo para o mundo e não ficarmos nos referenciando em muitas situações que estão no passado.

Esse esforço nosso de fazer com que a Lei Maria da Penha realmente cumpra a sua missão é um esforço para promovermos mudanças no comportamento da nossa sociedade. Mudanças, inclusive, na cultura da sociedade brasileira. Por isso, é fundamental fazermos esse debate. E também é fundamental divulgarmos os nossos direitos e as nossas conquistas. E mais ainda:

falarmos sobre as nossas demandas, que estão pendentes nesse processo.

Temos a obrigação de esclarecer à população do País sobre os principais temas que cercam a questão de gênero, porque, ao melhorarmos a vida das mulheres, com certeza melhoraremos a vida da nossa sociedade. Por isso, a responsabilidade das mulheres que podem, Senadora Ana Amelia, a partir de sua posição – como nós, Senadoras –, abrir espaço e ampliar a presença feminina na sociedade é ainda maior. Nós temos uma grande responsabilidade.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Um aparte, Senadora?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Concedo um aparte ao nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Nobre Senadora Gleisi Hoffmann, quero cumprimentar V. Exª pelo discurso e sobretudo pela iniciativa da apresentação desse projeto de lei, que seguramente será aprovado na nossa Comissão de Constituição e Justiça. Essa medida legislativa que V. Exª propõe vem tranquilizar um número muito grande de mulheres que justamente estavam inquietas quanto às possíveis interpretações que a Lei dos Juizados Especiais poderia trazer sobre a disponibilidade ou não do processo contra aqueles que agredem as mulheres, que praticam violência contra as mulheres. Havia realmente uma inquietação entre as mulheres que se interessavam por esse assunto e que acompanhavam a questão da aplicação da Lei Maria da Penha. Eu considero importante, por várias razões, a sua iniciativa, mas eu ressaltaria uma – no meu entender, a mais importante – que diz respeito ao fato de que as mulheres vítimas de violência, especialmente no âmbito doméstico, são coagidas. Elas não têm liberdade para transacionar o seu direito de manter ou não o processo. Li recentemente os dados de uma pesquisa que mostravam um número enorme de mulheres – eu não tenho aqui o número exato – evitava procurar a Polícia ou o Ministério Público ou levar o seu caso à Justiça por medo de represálias de marido, companheiros, filhos, às vezes. Mulheres que tinham medo de, ao levarem a público sua situação, não ter possibilidade de, uma vez rompido o casamento ou a coabitação, se sustentar ou sustentar os seus filhos. Então, a grande maioria delas, especialmente as mulheres mais pobres, com o menor grau de instrução, não tem liberdade suficiente, elas são vítimas de uma coação. A violência não é apenas física, é violência também moral. Por isso que o agressor, além de agredir, age covardemente e merece ser punido, e punido exemplarmente. E em relação a ele, nós não devemos ter nenhum benefício como aque-

les que contemplam pessoas que cometem crimes de menor potencial ofensivo, que são os crimes julgados pelos juizados especiais. Quero me solidarizar com a iniciativa de V. Ex^a e dizer que estarei lá no dia 17, na Comissão de Constituição e Justiça, para votar com entusiasmo a favor do seu projeto de lei.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Muito obrigada. Agradeço muito, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Peço que o seu aparte seja integrado ao meu pronunciamento e agradeço muito essa solidariedade. É muito importante contarmos, sim, com o seu apoio, com o apoio dos nossos Senadores na CCJ.

Então, seguindo, nós temos muita responsabilidade pelos atos que aqui fazemos e também em ampliar ainda mais presença feminina nos órgãos e nos processos da nossa sociedade, defendendo o direito das mulheres.

Foi com esse objetivo e como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher que eu encaminhei a todas as Senadoras, Deputadas, Ministras e outras lideranças feminina um kit denominado Nosso Plano em Ação, que é em apoio ao II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, resultante da II Conferência Nacional de Mulheres que tivemos e também a publicação Manual para o Uso não Sexista da Linguagem.

Quero registrar que ambas as iniciativas foram coordenadas pela socióloga e educadora paranaense Moema Viezzer, a quem aproveito para saudar nesta oportunidade pela militância e dedicação às questões de gênero. Aliás, mulheres como a Moema, como a minha amiga e mentora Rose Marie Muraro, a quem dedico grande parte da minha caminhada política, são responsáveis pelos grandes avanços históricos que nós tivemos na nossa sociedade em relação às mulheres. A elas a minha eterna gratidão.

Quero fazer aqui uma homenagem muito especial a Rose Marie Muraro, que já está com uma idade bastante avançada, quase cega, em cadeira de rodas, e continua escrevendo, continua lutando pelos direitos da mulher. É uma grande guerreira. São exemplos como os dessas mulheres que fortalecem a continuidade da nossa luta para enfrentar situações ainda tão difíceis como são os casos dos assédios que ainda existem, sejam morais ou sexuais. Aliás, esse é um problema constante em vários ambientes de trabalho, que constrange e aflige ainda milhares de mulheres. Como disse o Senador Aloysio, não é só a violência física que deixa marcas, mas também a emocional, a psicológica.

É comum nos nossos dias, não obstante as políticas públicas que buscam enaltecer o trabalho e a

missão das mulheres, o pouco respeito que alguns demonstram para condição feminina.

Assim é o caso do assédio moral, em que muitas trabalhadoras são expostas a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho.

Por sua vez, o assédio sexual é uma das formas mais degradantes da demonstração de tal respeito, e todos os esforços legais devem ser feitos para o seu combate sobretudo dentro de nossas instituições.

Infelizmente ainda temos na nossa cultura a visão de que o corpo da mulher é um objeto e a visão de que a mulher é, porque foi assim considerada por muito tempo na nossa sociedade, quase uma extensão da propriedade privada do homem. Por isso nós temos, infelizmente, essa chaga que nos envergonha muito que é o assédio sexual e tantos outros atentados às mulheres que nós vemos noticiados no cotidiano.

Diante dessa infeliz realidade, Sr^a Senadora e Srs. Senadores, é que apresentei à Casa o Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2011, que insere um novo capítulo na Resolução do Conselho de Ética, criando, no âmbito do Senado Federal, o Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral e Sexual.

Cumpra ressaltar que nossa ideia aqui concretizada na forma desse projeto de resolução não se inspira em qualquer caso concreto. Antes tem por meta chamar a atenção para um problema real na sociedade, presente em nosso dia a dia em vários locais de trabalho no Brasil. O nosso objetivo é fazer com que esta Casa possa dar um exemplo na sua atitude para que se enfrente essa tão triste realidade.

A proposta, se transformada em norma legal, pode levar o Senado Federal a figurar como modelo a ser seguido por todos os outros parlamentos brasileiros, nos Estados e Municípios, inspirando a criação de comitês semelhantes, com o propósito de defender a mulher e destacar seu valor.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amelia.

A Sr^a Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Cara Senadora Gleisi Hoffmann, cumprimentos por essa iniciativa. V. Ex^a acaba de dizer que não se baseia num fato existente ou factual. Mas, como diz o ditado, é melhor prevenir do que remediar.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – É verdade.

A Sr^a Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – É muito importante a iniciativa, até como referência das preocupações que, nesta Casa, temos com essas questões não apenas de gênero, mas também todas as outras que digam respeito ao bom relacionamento, com respeito e com dignidade, no exercício da profissão dos assessores, das assessoras que traba-

lham nesta Casa e também na Câmara Federal. Isso é uma referência. Queria também endossar o aparte que fez o Senador Aloysio Nunes Ferreira, com muita sapiência e muita propriedade. A mulher é ameaçada pelo parceiro covarde para a retirada da denúncia, do chamado BO, boletim de ocorrência, quando ela é vítima de violência. Hoje, Senadora Gleisi Hoffmann, o problema da droga amplia substancialmente essa violência doméstica, isso que faz da mulher a grande vítima, não só da mulher mas também das filhas ou enteadas de homens que, viciados, acabam praticando verdadeiras atrocidades. A questão também que envolve a violência contra menores dentro de casa, da parte do pai ou de padrastos, também significa um risco a mais para todas as mulheres. Essa iniciativa é extremamente relevante. Não há mais como retornar, nem inviabilizar a continuidade de um processo contra um covarde que agride uma mulher. Então, nós temos que aplaudir a iniciativa, apoiá-la aqui para que o mais rapidamente possível ela entre em vigor. Fico feliz que o Senador Eunício Oliveira, como Presidente da CCJ, já tenha endossado a iniciativa, distribuído a relatoria, que está em ótimas mãos, e que nós tenhamos aqui também uma decisão rápida para proteger as mulheres. Elas precisam. Essa é a melhor homenagem que nós, também mulheres, podemos prestar a todas as mulheres brasileiras.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Agradeço, Senadora Ana Amélia. Realmente, o problema das drogas é triste. Nós temos indicativos e estatísticas da região metropolitana de Curitiba em que muitas mulheres são mortas, temos muitos homicídios contra as mulheres. São esposas de usuários de drogas ou de traficantes; quando o marido é morto, elas são obrigadas, obrigadas pelo tráfico, a substituir o marido no tráfico sob pena de serem mortas de imediato com seus filhos, se expõem a perigos, são mortas. E nós temos um índice alto de crianças muito pequenas lá que ficam sem o pai e sem a mãe. Isso é uma violência também e vamos precisar enfrentar. Infelizmente é uma chaga.

Concedo um aparte ao Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senadora, várias partes do seu pronunciamento nesta quarta-feira são motivo de regozijo. Quero cumprimentá-la inicialmente porque a melhor forma de homenagear é com gestos práticos. O projeto que V. Exª apresenta é a demonstração disso. Estou na Comissão de Constituição e Justiça e terei a honra de votar lá favoravelmente. Foi muito bem designada pelo Senador Eunício a relatoria, não poderia ser melhor a designação da Senadora Marta Suplicy. Essa é a melhor forma de homenagear. Homenagear, principalmente para nós,

que somos mulheres e homens públicos, é com gestos e ações práticas. Da mesma forma, V. Exª trouxe uma bela memória presente entre nós aqui para a tribuna: a lembrança de Rose Marie Muraro, que está presente e tão viva entre nós e com vitalidade incrível. Eu tive três contatos, três encontros, com Rose Marie. A Rose é definitivamente alguém à frente do tempo, alguém que escreve páginas do futuro, sempre. Eu também sou historiador, e, na história, nós convencionamos conhecer que houve o período do matriarcado e vivemos o período do patriarcado. Mas foi o matriarcado o período da liberdade do gênero humano, da maturidade do gênero humano. Era o período do comunismo primitivo em que cada um de nós vivemos de acordo com as nossas necessidades. Que bela declaração de amor é essa que só poderia vir de um período em que o gênero mulher era o gênero não dominador – porque vocês nunca o exerceram na história humana –, era o gênero que designava a organização da sociedade. A Rose faz muita lembrança a isso e faz muita referência a nós retornarmos, como declaração de amor à humanidade, a esse gênero, não para um período em que mudemos a dominação, mas para um mundo em que não tenha mais dominados.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Randolfe. Aliás, ela se refere a esse período como um período matricêntrico – não é mesmo? –, em que nós tínhamos a liberdade e éramos integrados à natureza. E diz mais, diz que, quando o homem começou a dominar a natureza, estabelecendo a propriedade privada, também estabeleceu o domínio sobre a mulher. É muito interessante a história de Rose Marie e o que ela tem escrito.

Sr. Presidente, preciso de mais alguns minutos para concluir, alguns mais largos minutos.

Para terminar sobre o Comitê de Defesa contra o Assédio Moral e Sexual aqui no Senado que será, por proposta, constituído por três Senadoras indicadas para um mandato de dois anos permitida a recondução uma única vez e por igual período e, competirá a esse colegiado, receber denúncias de servidoras efetivas, comissionadas ou terceirizadas do Senado Federal contra o assédio moral e sexual. É importante aqui registrar que qualquer servidora que prestar denúncias perante o comitê terá sua identidade preservada, no caso de não abertura de processo, e receberá garantias quanto ao seu cargo, função ou emprego no Senado Federal.

Penso que a verdadeira evolução do ser humano exige a valorização do papel da mulher como trabalhadora ao lado das outras funções que lhe são confiadas. Amanhã, quero estar aqui nesta tribuna para falar de um projeto que é muito caro a mim e que tra-

balhei muito durante a campanha eleitoral que é um projeto que regulamenta o tempo de carência para a aposentadoria das donas de casa e outras duas propostas que gostaria muito de discutir nesta Casa. Uma inerente à reforma política, motivo de um aparte ao Senador Mozarildo, que agora preside a Mesa. Temos que encontrar mecanismos, Senador, para que a participação da mulher seja efetiva. Só no processo eleitoral não dá; infelizmente, nem todos os partidos levam com seriedade. Precisamos adotar modelos como Argentina, como Chile, em que efetivamente as cadeiras do Parlamento são preenchidas por um percentual de mulher. É o que chamamos de discriminação positiva, dado ao longo período de tempo que tivemos de discriminação negativa.

Outra proposta que quero discutir – e tenho conversado também com alguns Senadores – é que possamos fazer um debate na Comissão Mista de Orçamento para que visualizemos, Senador Randolfe, o que nós temos de recursos hoje em políticas públicas para as mulheres. As mulheres precisam ter visibilidade no Orçamento da União. Já conversei com a Secretária de Orçamento do Ministério do Planejamento, há essa disposição e tenho certeza de que o Senado pode propor um belo mecanismo e um belo programa para que tenhamos essa visibilidade.

Ademais, para terminar aqui o meu pronunciamento, quero dizer que tudo isso é um processo de mudança cultural. Como eu disse aqui, nós não somos melhores nem piores do que os homens, nós somos diferentes, seja pela função biológica de gerar e cuidar da vida, seja pela cultura que nos foi imposta como cidadãos de segunda categoria num tempo mais recente na nossa história, e nós precisamos mudá-la para bem da humanidade. Quando as mulheres tiverem representatividade em equilíbrio com os homens, tenho certeza de que nós vamos ter uma sociedade mais equilibrada não só pelos direitos das mulheres, até pelo dever que nós temos de conduzir o mundo nessas águas tão turbulentas. Eu acredito que os valores femininos da sensibilidade, da fraternidade, do cuidado com o outro podem ser vitais para reconduzirmos a humanidade num momento de convivência melhor.

Para terminar aqui, eu queria deixar uma frase da Comunidade Bahá'í que me toca muito e que acho que deve ser motivo para sempre fazermos uma reflexão, porque é isso que busco na minha caminhada política: “A humanidade é como uma ave: possui duas asas; uma é o homem, outra é a mulher. A ave só poderá alçar voo se as duas asas forem impelidas por uma mesma força”.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª Gleisi Roffmann, o Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Cumprimentando a Senadora Gleisi Hoffmann pelo bonito pronunciamento, concedo a palavra, pela ordem dos oradores inscritos, ao Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti – não canso de dizer, do nosso coirmão Estado de Roraima; Srªs e Srs. Senadores, aqueles que nos assistem pela TV Senado e aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado, queria dedicar o pronunciamento, nesta tarde de quarta-feira de cinzas, para seguir, Senador Mozarildo, na linha inaugurada por V. Exª, dedicando, na prática, esta sessão a uma homenagem às mulheres brasileiras.

Aqui, no Senado, quero cumprimentar as Senadoras da Casa, em especialíssimo, as queridas Senadoras Gleisi Hoffmann e Ana Amelia, que estão presentes na sessão no dia de hoje, não deixando também de estender o cumprimento às outras Senadoras: Ana Rita, Angela Portela, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Marinor Brito, Marisa Serrano, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Quero, lógico, reiterar e destacar o cumprimento à minha companheira de partido, companheira de Bancada, Senadora Marinor Brito.

Ao fazer um pronunciamento em homenagem às mulheres, eu não poderia deixar de iniciá-lo e aproveitar o tempo que nos é concedido em uma sessão não deliberativa para fazer, desta tribuna, justiça em relação a uma mulher.

Na semana anterior, ocorreu uma tremenda injustiça em relação a uma das mais combativas e belas mulheres deste país. Falo da Deputada Federal do meu partido Deputada Luciana Genro, que foi citada, ainda há pouco, pelo Senador Paulo Paim.

Uma revista semanal publicou o que considero um conjunto de calúnias em relação à obra e ao trabalho da Deputada Luciana Genro. Antes de fazer o pronunciamento em homenagem às mulheres, quero aqui fazer a leitura da carta publicada hoje pela Deputada Luciana Genro, em esclarecimento às denúncias e às calúnias das quais ela foi vítima.

Diz a Deputada Luciana Genro que vai processar a revista que a caluniou por danos morais, no caso, a revista *Veja*, visto que o jornalista que assina a matéria não a ouviu, publicando uma reportagem absolutamen-

te fantasiosa sobre o Projeto Emancipa, coordenado por essa Deputada no Rio Grande do Sul.

A Secretaria de Educação não concedeu à Deputada Luciana Genro nenhum privilégio, como insinua a reportagem. A direção do colégio Júlio de Castilhos, assim como outras escolas estaduais, proporciona a execução de diversos projetos nas suas dependências. O Emancipa é um deles, e paga à escola 600 reais por mês pelas duas salas.

As professoras não serão bem remuneradas, como maliciosamente diz a reportagem. Receberão R\$20,00 a hora/aula. Como são apenas duas turmas, a média de remuneração de cada professor deverá ser por volta de R\$300,00.

A cota de patrocínios do Emancipa será fechada com cinco empresas, e ela não está em busca de mais patrocinadores, como havia sido dito na reportagem.

Sobre a Icatu Seguros, uma empresa que atua no mercado gaúcho por intermédio do Banrisul há mais de dez anos, muito estranha à Deputada Luciana Genro que somente agora a revista levante suspeitas sobre essa relação. Diz a Deputada que não responde pelas atividades de nenhuma empresa, mas basta verificar o balanço de 2010 do Banrisul, disponível na Internet, para comprovar que não são verdadeiras as informações.

E prossegue a Deputada Luciana Genro em sua carta:

Quanto à afirmação de que “Luciana, que na política criticava o pai, na vida empresarial usa do seu prestígio para lucrar”, quem terá que se explicar é a Veja. E terá que fazê-lo na Justiça. Primeiro, porque não estou lucrando e nem sequer estou na “vida empresarial”. O Emancipa não é uma empresa e não pode dar lucro. Não é por que deixei de ser deputada que vou abrir mão de realizar atividades socialmente relevantes, mesmo que de forma privada, mas que respondam a interesses coletivos.

Só para concluir em relação a esse tema, Sr. Presidente, a Deputada Luciana Genro é uma das fundadoras do nosso partido, do Partido Socialismo e Liberdade. O mandato que ela cumpriu na Câmara dos Deputados, que sempre cumpriu na Câmara dos Deputados e anteriormente na Assembleia Legislativa gaúcha, honra, como já disse nesta Casa na tarde de hoje, o povo gaúcho e orgulha a todos nós, do Partido Socialismo e Liberdade.

Dito isso, queria aqui fazer, então, um registro pela passagem do Dia Internacional da Mulher, que foi na data de ontem.

Queria aqui destacar a oportunidade que deveríamos ter de somente comemorar as conquistas, os feitos memoráveis do gênero humano, motivo que nos orgulharia, e muito. Entretanto, infelizmente, não podemos aqui fazer uma queda de braços com a realidade de alguns dados que nos são trazidos e que lamentavelmente mostram uma realidade que, apesar das conquistas tidas e havidas historicamente pelas mulheres...

É verdade! No nosso País, conquistamos o direito de voto da mulher em 1932. Isso é motivo de orgulho para nós, brasileiros e brasileiras. Fomos um dos primeiros países a conquistar esse direito. A tão propalada, Senador Aloysio Nunes, e civilizada Suíça só concedeu às mulheres o direito de voto em 1970. A Europa só concedeu o direito de voto às mulheres, na França, após a segunda guerra mundial. Então, isso é motivo de orgulho, assim como são motivo de orgulho, como já foi dito aqui pela Senadora Gleisi Hoffmann, conquistas como a Lei Maria da Penha.

Entretanto, nós temos alguns dados que, numa data como a de hoje, Senadora Ana Amélia, que agora nos preside, devem ser destacados para servirem como reflexão entre nós.

No momento em que hoje comemoramos o Dia Internacional da Mulher, a cada dois minutos desses vinte que terei aqui de pronunciamento, cinco mulheres podem estar sendo violentamente agredidas no País. Esses dados são o resultado de uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Sesc, divulgados no último dia 21 de fevereiro, no jornal **O Estado de S.Paulo**, o que demonstra que, não obstante a implementação da lei, ainda temos muito o que avançar.

Não bastassem os princípios da nossa Carta Constitucional, as Convenções Internacionais a proclamar que todas e todos somos iguais sujeitos de direito, a experiência humana desde a invenção da agricultura, passando pelas descobertas científicas dos últimos séculos até a Era Espacial e do Conhecimento, torna inteiramente desnecessário comprovar que as mulheres podem exercer qualquer cargo ou função, em muitos casos com ganho de qualidade superior.

Advertia-me, ainda há pouco, o Senador Aloysio Nunes de fazer aqui um reparo intelectual. É verdade que Rose Marie fala do matriarcado, que citei erroneamente aqui, Senadora Gleisi, mas é verdade que ela também bebe na fonte de outra obra que já há muito tempo, no séc. XIX, falava de uma sociedade mais justa e igualitária, antes do surgimento da sociedade atual, que era a sociedade em que não existia o domínio pelo macho, que é a sociedade atual do patriarcado.

A citação inicial, a obra que resgata isso inicialmente, é a obra de Friedrich Engels **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Em outro texto mais adiante, outro texto muito importante e muito interessante de Engels, **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**, ele volta a suscitar essa sociedade anterior à sociedade que nós temos, a sociedade que não era de domínio das mulheres, mas uma sociedade em que não existia o domínio do macho. Na verdade, é no domínio do macho que temos o exercício do modelo de sociedade que temos hoje, de exploração do homem pelo homem. Então, a evolução histórica mostra a necessidade de as mulheres terem, inclusive, ganho salarial superior ao de hoje. Isso se não fosse a reflexão histórica e filosófica da existência de uma sociedade...

Reiteramos que Engels, ao escrever **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, não se fundamenta apenas na História; fundamenta-se na Antropologia. Ele bebe na fonte do antropólogo americano Morgan, que fala da evolução das tribos indígenas iroquesas nos Estados Unidos e destaca, comprovada e cientificamente, a existência de um modelo de sociedade em que não existia o domínio do macho e de uma sociedade superior.

Entretanto, é esse avanço que temos tido em especial nos últimos anos. No século XX foi fundamental, parece-me, para a evolução humana a década de 60. É a revolução sexual da década de 60 que traz o espaço e a consolidação de muitas conquistas para as mulheres.

Entretanto, nós temos alguns dados no Brasil que necessitam ser enfrentados para que nós superemos, de fato, a discriminação ainda existente no nosso País e no mundo.

Esse avanço da mulher em todos os campos da atividade humana e seu inegável desempenho servem ainda para tornar mais grave outro dado ultrajante que quero trazer aqui à tribuna, outro dado ultrajante de discriminação.

Em que pese as mulheres terem mais anos de estudo e trabalharem mais horas, elas continuam a receber menos que os homens. E esses dados são do Ipea. Os estudos do Ipea, com base em dados também do IBGE, da Pesquisa Mensal de Emprego de 2009, são impiedosos em constatar essa triste realidade. O salário médio da mulher teria que subir 38% no Brasil para se igualar ao dos homens. A massa salarial das mulheres não chega a 40% do total da massa salarial no Brasil. Ou seja, temos ainda não somente uma das concentrações de renda e de terras mais aviltantes do mundo, mas também uma concentração de ren-

da lamentável, que em nosso País ainda privilegia os homens.

Senadora Gleisi Hoffmann, é uma honra conceder um aparte a V. Ex^a nesta tarde.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Randolfe. É que, ouvindo esses dados, eu não pude me conter aqui, porque de fato são muito expressivos. Na realidade, isso tem a ver com a cultura que nós temos na nossa sociedade, em que o trabalho da mulher é tido como complementar ao trabalho do homem. E, quando nós fomos para o mercado de trabalho, nos submetemos a ganhar menos para fazer as mesmas funções, porque queríamos ter um espaço no mundo público. De lá para cá, não conseguimos mais recuperar. Portanto, é muito importante o seu pronunciamento tocar nesse assunto, porque isto tem que ser um motivo de debate nesta Casa: que medidas nós podemos fazer para assegurar que nós tenhamos essa igualdade? Assim acontece também com as ditas profissões majoritariamente femininas. Quanto ganha uma professora de educação infantil ou do ensino fundamental? Com certeza, é muito pouco, Senadora Ana Amelia, muito pouco, porque sempre foi vista como uma profissão que é a extensão do trabalho da casa, do trabalho doméstico, do cuidado com a criança; que nunca foi valorizado, que nunca teve um valor pecuniário na nossa sociedade. Por isso, nós precisamos debruçar-nos muito sobre esses dados e discutir alternativas para fazer a proteção das mulheres nesse sentido. Eu saúdo muito seu pronunciamento. Estávamos comentando aqui, com o Senador Aloysio, a boa surpresa que V. Ex^a é nesta Casa, pelos seus pronunciamentos, suas posições, sua sabedoria, principalmente. É muito bom ouvi-lo falar de um tema que é tão caro a nós, mulheres. Muito obrigada, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu é que agradeço, Senadora Gleisi, porque V. Ex^a contribui concretamente com atos, com gestos, com ações – e ação nada mais é do que a expressão do pensamento, que não pode ficar no pensar se não tiver o agir. V. Ex^a ainda há pouco, ao utilizar a tribuna, falou de atos que nós, mulheres e homens, Senadoras e Senadores, podemos fazer daqui para reparar e para diminuir essa brutal desigualdade a que, lamentavelmente, ainda assistimos em nosso País.

Senador Mozarildo, é com prazer que escuto seu aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Randolfe, esta quarta-feira terminou transformando-se numa segunda sessão de homenagem às mulheres, o que me deixa muito satisfeito, inclusive agora tendo na Presidência a Senadora Ana Amelia, que realmente

abrilhanta esta sessão. Eu faço este aparte a V. Ex^a porque, por acaso, hoje eu assisti a uma parte de um programa na Globo News em que duas cientistas estavam sendo entrevistadas e fiquei pasmo com uma informação: no mundo todo, pesquisas comandadas por cientistas mulheres têm mais dificuldade de obter financiamento dos grandes laboratórios, das grandes empresas, do que pesquisas comandadas por cientistas homens. Ora, nós já ouvimos, inclusive, alguns cientistas, alguns importantes homens ilustres dizerem que as mulheres não têm a mesma inteligência que os homens. Já ouvimos isso, lamentavelmente. Agora, é triste que, ainda hoje, comprovado cientificamente que isso não é verdade, exista esse preconceito de grandes corporações de não financiar pesquisas que sejam comandadas por mulheres. Esse é um preconceito realmente absurdo! E eu fiquei pasmo de ouvir isso de duas cientistas, que mostraram dados concretos. Então, acho que realmente há um grande caminho a percorrer no que tange a essa igualdade de direitos, igualdade de oportunidades, que todos nós defendemos, mas que é uma igualdade que ainda tem um bom caminho para ser percorrido. Mas, se não existirem iniciativas como as que estão sendo tomadas aqui, pronunciamentos como os de V. Ex^a, e realmente o chamamento para essa questão, as coisas vão demorar muito mais a se tornarem realidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Mozarildo, aqueles que imaginaram que esta quarta-feira aqui, no plenário do Senado, ia ser sonolenta, que poucos Senadores estariam presentes e que não teríamos debates produtivos se enganaram. Reitero que V. Ex^a destacou que, um dia após o Dia Internacional da Mulher, Presidente, fazemos na prática uma outra sessão para debater a questão. E, com números, com dados, com informações importantes como as já sucedidas aqui, na tribuna, fazemos um bom debate sobre o Dia Internacional da Mulher e sobre a situação atual das mulheres brasileiras.

Esses números que apresentamos agora, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, expressam um atentado contra a Constituição da República. São números que, em especial para nós, Senadores, para os homens que exercem mandatos políticos, deveriam envergonhar-nos. Nós, os representantes dos Estados federados, ao olharmos todos os dias para cada uma das Senadoras da Casa e vermos em seus rostos, como no da Senadora Gleisi, no da Senadora Ana Amelia, as faces de milhões de mulheres brasileiras, deveríamos fazer uma reflexão sobre os números que acabamos de citar e sobre o que podemos fazer para superar essa realidade.

A própria composição do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara, embora eu tenha acabado de citar a participação aqui nesta Casa de várias mulheres Senadoras, ainda é aquém da composição demográfica das mulheres na sociedade brasileira. Segundo dados do próprio IBGE, as mulheres são, hoje, 50% da população brasileira. Portanto, em cada uma das Casas do nosso Congresso bicameral, deveríamos ter, proporcionalmente, essa representação.

Tivemos, no Congresso Nacional, conquistas nesse sentido. O estabelecimento de cota nas convenções partidárias é uma conquista importante, mas me parece que não tem sido suficiente. Essa cota, ainda, no nosso entender, não foi suficiente para promover e garantir a participação a que as mulheres têm direito.

Portanto, compreendemos que há alguma coisa na nossa política...

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – ...na nossa cultura, alguma coisa na nossa organização, como sociedade, para atendermos os imperativos éticos de ampliar a participação feminina. Quem sabe esse não seja um tema para debate agora, na reforma política? Tenho confiança, Senador Aloysio, de que vamos avançar.

Vi, com muita preocupação, na sessão de instalação da Comissão de Reforma Política, aqui, no Senado da República, o pronunciamento do Sr. Vice-Presidente da República, Sr. Michel Temer, ex-Deputado Michel Temer, em que ele dizia: “Pode ser que a reforma política não avance. Isso é uma forma de opção”. Eu gostaria que isso não estivesse dentro do leque das nossas opções. A reforma política é um imperativo, para que a sociedade brasileira avance e para que o Estado brasileiro se democratize.

É lógico que temos muito que debater sobre qual a reforma política e quais os temas para a reforma política, mas é fundamental que ela ocorra, que não fique na mesma situação em que está o nosso sistema político.

Nesse sentido, um dos temas para a reforma política poderia ser, por que não, a ampliação da participação feminina. Poderíamos começar determinando que as convenções partidárias só serão válidas se seu quórum deliberativo contasse com a participação de, pelo menos, 30% de mulheres, porque não adianta ter 30% dos espaços ocupados por mulheres se, no espaço da decisão, que são as convenções partidárias, não temos esse espaço exercido pelo mesmo percentual. Digo 30% para, nos próximos anos, gradativamente, chegarmos a 50%, que é o justo, porque é proporcional

à população, ou melhor, é proporcional à composição da sociedade brasileira.

Só assim acredito que poderemos olhar companheiras do Senado com o reconhecimento e com a autocrítica de que nossa missão foi cumprida.

Para concluir, Sr^a Presidente, pedindo, então, sua tolerância, quero fazer duas homenagens: a primeira já fiz, citando as Senadoras, em especial a querida e bela Senadora que vem do Paraná, que é um grande presente para nós, no Senado, a Senadora Gleisi Hoffmann, que, com sua sabedoria e com sua inteligência, tem-nos brindado com belas contribuições para a República brasileira; e homenagear a senhora, Senadora Ana Amelia, porque a senhora é uma demonstração da força feminina. Mesmo enlutada, não titubeou em vir trabalhar, em estar aqui, no plenário do Senado, no cumprimento do seu dever. E sei que, no fundo do seu coração e da sua consciência, essa era a maior e melhor homenagem que a senhora poderia fazer ao seu querido marido, que muito também honrou esta Casa republicana e que muito honrou o povo do seu Estado. Então, uma homenagem à senhora e uma homenagem, por fim, às mulheres do Estado de que venho, o Amapá, e às mulheres, Senador Mozarildo, da nossa Amazônia.

Há um poeta amazônida que ainda quero ter a honra de trazer ao Senado para se apresentar... Aliás, é uma dupla de belos poetas: João Gomes e Enrico Di Miceli. Tem uma música, cantada por eles, que vem de uma poesia chamada Amazônica Elegância, que, no meu entender, é a melhor homenagem que podemos fazer às mulheres amazônidas, às mulheres amapaenses, às mulheres brasileiras.

Diz a poesia:

Que caboca é essa com aparência de criança
Que caminha sem ter pressa e o que busca sempre alcança

Que caboca é essa que apartada da arrogância,
Pela vida atravessa feito quem volta à infância
Que caboca é essa que inspira confiança
Que ao mundo se arremessa com tamanha segurança

Que caboca é essa que operária não se cansa
E não dada a promessas
Elabora, ergue, avança

Mameluca, essa caboca traz o sol colado à nuca
Tem antenas de taboca instaladas em sua cuca
Por nadar na pororoca, nem um macho a machuca
E o que beija a sua boca tem a mão presa em cum-buca

Que caboca é essa que dormindo não descansa
Que acordada sonha à beça com o futuro na lembrança

Que caboca é essa de amazônica elegância
Que por arte se interessa mar abaixo canta e dança

Que caboca é essa com aparência de criança
Que caminha sem ter pressa e não mensura a distância

Que caboca é essa que aparentemente mansa
Continentes atravessa com o estandarte da esperança

Essa é a homenagem nossa às mulheres do meu Amapá, às mulheres amazônicas, às mulheres brasileiras e a estas duas belas mulheres que abrilhantam esta sessão nossa desta tarde de Quarta-Feira de Cinzas. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amelia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Randolfe. É uma alegria e uma emoção muito grande.

Lamento, Senador Mozarildo, que eu tenha que avançar um pouquinho sobre o tal Regimento Interno, para renovar o agradecimento muito sincero às palavras comoventes do nosso colega Randolfe e pela poesia que ele apresentou aqui. Queríamos ouvir essa poesia musicada, o que deve ser um encanto para os ouvidos e para o coração, sobretudo.

É a brava gente da Amazônia que nos ensina também o valor da arte e, por ela, o respeito às pessoas.

Muito obrigada pela valiosa colaboração, pelas palavras que proferiu e pela homenagem a todas as mulheres, em nome da Senadora Gleisi, e em nome de todas as outras Senadoras, Deputadas Federais, Deputadas Estaduais, Vereadoras, Prefeitas, Governadoras e Presidente da República – por que não falar em nome de Dilma Rousseff?

Quero agradecer essa reverência e esta homenagem que o Senado, nesta tarde, presta às mulheres, por iniciativa do nosso Senador Mozarildo.

Por ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira parte desse pronunciamento vai na linha do consenso.

Também quero me associar às manifestações dos colegas a respeito do Dia Internacional da Mulher, celebrando as conquistas das mulheres brasileiras, que não são apenas das mulheres, mas, do conjunto da sociedade brasileira, porque, o índice de desenvolvimento, de liberdade, de civilidade do país, da socie-

dade, é medido pelo grau de respeito, de autonomia, de poder que tem sua população.

Assim foi que as mulheres brasileiras tiveram um papel muito importante na luta pela redemocratização. E não me refiro apenas ao memorável comitê pela anistia, dirigido por Teresinha Zerbini, mas a uma quantidade enorme de pequenos jornais de mobilização de mulheres no meio dos trabalhadores, seções sindicais que levantavam, no ambiente do trabalho, o tema da luta pela igualdade de salários com condições de trabalhos iguais. Com isso, opunham-se ao arcabouço legal que manietava o movimento dos trabalhadores no Brasil durante a ditadura. Era um número muito grande de pequenos jornais de bairros, de sindicatos, em que a imprensa feminina foi, aos poucos, tornando-se feminista, na medida em que postulava a questão de gênero com uma relativa independência em relação à questão de classe. Jornais como **Nós Mulheres** e **Brasil Mulher** criaram todo um ambiente favorável a uma participação crescente das mulheres na vida sindical, na vida política, na vida econômica.

Já que nos lembramos de pessoas que contribuíram para esse avanço, queria lembrar, uma pessoa não apenas muito marcante para mim, para toda uma geração de militantes políticos, mas para a luta da mulher no Brasil, que é pouco lembrada hoje: Zuleika Alambert.

Zuleika Alambert, nonagenária hoje, foi uma das primeiras mulheres a exercer um mandato no Estado de São Paulo. Zuleika é santista e foi eleita Deputada Estadual na Constituinte Paulista de 1947, pela legenda do Partido Comunista do Brasil. Na época, não havia a dualidade: era o Partido Comunista do Brasil. Exerceu seu mandato até que o partido fosse colocado na ilegalidade. A partir daí, Zuleika foi militante – continuou militando – e atingiu postos de direção no partido. Ela foi uma das dirigentes do partido que acompanhou o trabalho da Juventude Comunista, dos jovens militantes comunistas do movimento estudantil.

Já bem mais tarde, Zuleika começou a se interessar pela questão da mulher. Sua emancipação no início, ainda nos moldes dos intelectuais da ortodoxia vigente nos países comunistas e do pensamento marxista dominante, que considerava que a situação de dependência, de opressão, de subordinação das mulheres em relação aos homens decorria apenas da estrutura de classe da sociedade capitalista – uma visão equivocada do livro de Engels. O trabalho de Engels foi lembrado, aqui, pelo Senador Randolfe.

Aos poucos, Zuleika foi-se transformando em uma militante feminista, conseguindo entender, e isso era uma proeza intelectual de uma pessoa com a origem política dela, a independência relativa da questão de

gênero que perpassa todas as classes sociais, evidentemente, com pesos específicos em cada classe, mas que acaba tendo um corte vertical na sociedade brasileira.

Então, eu perguntava, ainda há pouco, à Senadora Gleisi Hoffmann como fazer para propor o nome de alguém para receber essa bela homenagem, instituída pelo Senado, que é a Medalha Bertha Lutz. Ela já me esclareceu e vou apresentar o nome da nossa querida, da minha querida Zuleika Alambert para ser homenageada no próximo ano.

Eu queria, também, lembrar – são comentários marginais, quase que notas de rodapé aos bons discursos que foram proferidos aqui – que, em relação à participação da mulher na política, nós constatamos que há um número, evidentemente, muito desproporcional de representantes de mulheres na Câmara e no Senado, em relação à presença da mulher na sociedade brasileira, que, como bem lembrou a Senadora Gleisi Hoffmann, hoje constitui a maioria – embora escassa, maioria.

Vamos ver qual é a solução que a Senadora vai apresentar para tornar o sistema de cotas mais efetivo. É claro que isso vai depender do sistema de eleição que o Congresso Nacional irá adotar; se vai mudar e para onde irá mudar.

Penso, Sr^a Presidente, que há um fator estrutural, muito profundo, que acaba por se refletir nessa presença relativamente escassa, embora muito valorosa, de mulheres no Congresso Nacional: é porque as mulheres não têm, e são raras as que têm, condições de fazer carreira política.

V. Ex^a se candidatou pela primeira vez e foi eleita pela primeira vez. Aqui, representa, e muito bem, o seu estado do Rio Grande do Sul e dignifica o Senado. A Senadora Gleisi Hoffmann já vinha de uma militância política antiga, mas de quadros técnicos, assessoria política, e já disputou eleições majoritárias em seu Estado, com resultados crescentemente favoráveis, até se eleger Senadora. Já a maioria das mulheres não têm condições. Elas são, muito cedo, absorvidas pela vida familiar, da condição de mãe, muitas vezes sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho, e têm de se defrontar com um sem número de barreiras para conseguir vencer na vida, na profissão que escolherem.

Não é por acaso que há essa discrepância salarial na relação entre homem e mulher no mercado de trabalho: é que as barreiras, os preconceitos, as dificuldades vitais, como, por exemplo, a ausência de creche para os filhos, de escolas em tempo integral, além dos condicionamentos, digamos, ideológicos e culturais, e fazem com que a luta da mulher para ascender na vida

profissional seja de tal maneira desgastante e exigente que ela não tem tempo para se dedicar a uma carreira política. Raras são as que chegam ao Congresso Nacional sem ter feito uma carreira política, sem terem sido Vereadoras, sem terem sido Prefeitas, Deputada estaduais, que dirá ao Senado.

O Senado é, para muitos, o coroamento de uma carreira política. Para mim, sinto-me assim, é o coroamento de uma carreira política. Poucas mulheres têm condições de fazer carreira política.

E eu lembrava também, no diálogo com a Senadora Gleisi Hoffmann, que se a presença de mulheres é escassa nos órgãos de representação política, é mais escassa ainda nos órgãos de direção do movimento sindical. Não sei se repararam os meus colegas, é que é muito difícil se encontrar uma mulher entre os quadros dirigentes da estrutura sindical brasileira, não me refiro só à estrutura do sindicato dos trabalhadores, mesmo nos sindicatos patronais. Então, nós temos um paradoxo aí. Se há uma discriminação da mulher no mercado de trabalho em relação aos homens, não há uma correspondente atuação dos sindicatos talvez – e acho que até poderia afirmar com certeza – pela escassez da presença da mulher nos órgãos de direção sindical.

Eu queria, se pudéssemos, respeitando, evidentemente, a autonomia dos sindicatos, que estabelecessemos algum tipo de regramento para facilitar a ascensão das mulheres no mundo sindical – isso me ocorre agora – talvez nós pudéssemos ter aí um instrumento para a promoção de graus mais aceitáveis de igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Quanto tempo tenho, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Fica isso pelo consenso. Agora, é hora do dissenso. Eu queria me referir...

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Senador, por favor, quero fazer um aparte no consenso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Antes do dissenso. Tenho impressão de que o dissenso...

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Inscrevo-me para apartear-lo no consenso também.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Do dissenso, abrirei mão hoje. No dissenso, já expus minhas opiniões aqui. Eu não poderia, Senador, deixar de registrar o quanto estou gratificada de ouvir suas palavras, pela sua sensibilidade, pelo seu conhecimento

da nossa realidade e das dificuldades das mulheres. Eu queria parabenizá-lo muito pelo pronunciamento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Essa proposta de pensarmos em algo para o movimento sindical vem em boa hora. Talvez, o senhor possa ser um dos proponentes ou o proponente dessa ideia de estabelecermos uma participação, assim como na política, nos partidos políticos, no processo eleitoral, talvez até de cotas nas direções sindicais, porque isso, com certeza, vai ser uma medida prática, como falava o Senador Randolfe, na questão da luta para que as mulheres tenham as mesmas condições de trabalho e igualdade na remuneração. Quero louvar seu pronunciamento. Não vou fazer aparte no dissenso, porque hoje é um dia muito especial para nós. Estou muito grata por suas palavras e queria registrar isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora. Fico muito grato. Vou colocar o seu aparte no meu *Curriculum Vitae*.

Senador Randolfe, ouço V. Exª.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Aloysio, como estamos na mais alta Casa Legislativa do País, se V. Exª diz que este é o coroamento da sua trajetória política, então, várias vezes, o senhor deve ser reconduzido ao Senado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não fale isso para a minha mulher, por favor.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Deve ser reconduzido a esta Casa, para ser coroado, porque sua trajetória política condiz com uma Casa Legislativa do tamanho que é o Senado da República e com a história do Senado para o nosso País não só no período republicano, como também no período do Império.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – V. Exª suscitou algo que corrobora com o que estávamos debatendo há pouco: já foi estabelecido, inclusive institucionalmente, um conjunto de medidas. A cota, por exemplo, de assentos nas chapas eleitorais, em percentual de mulheres, é um avanço institucional, mas temos percebido que é insuficiente. E V. Exª coloca o dedo em um dos problemas. Como podemos ampliar a representação feminina na política se nas instâncias de representação da sociedade civil, como no movimento sindical, o machismo, lamentavelmente, ainda triunfa? V. Exª falava, V. Exª discursava, e nós, aqui, refletíamos: é raro encontrarmos presidentas de sindicatos. Aliás, alguém pode nos dizer qual foi a última presidenta de uma central sindical ou qual é a atual presidenta de

alguma das centrais sindicais? É um exemplo concreto dos dados que V. Ex^a aqui expõe. Podemos exigir a democratização dos espaços institucionais, mas temos de, corroboradamente, exigir que os espaços de representação especial da sociedade civil e os movimentos sociais também sejam democratizados em relação ao gênero. Cumprimento V. Ex^a pela importante e feminista lembrança que traz aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, nobre Senador, eu agradeço muito o aparte de V. Ex^a. Tenho realmente que V. Ex^a é uma revelação da política nacional. Já era um político respeitado no seu Estado, tanto é que foi eleito Senador, mas é uma revelação da política nacional e tem muita vida política pela frente. Para mim, realmente, é o coroamento. Em matéria de recondução, enquanto V. Ex^a falava e evocava o Senado do Império, eu me lembrava da crônica de Machado de Assis sobre o velho Senado. E ele se lembra de um personagem, que era o mais velho dos Senadores, o Marquês de Itanhaém. Dizia Machado de Assis que ele precisava se arrastar para chegar até a Tribuna.

Eu não quero chegar até esse ponto.

Obrigado em todo caso pelos bons augúrios.

Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Aloysio, eu gostaria de dizer que estou muito feliz que esta sessão tenha terminado por se transformar em uma segunda sessão de homenagem às mulheres, sem que ninguém tivesse combinado isso. Prestei atenção a todos os pronunciamentos, mas quero frisar a questão apresentada pelo Senador Randolfe: cota de 30% para as candidatas mulheres. Mas, na composição da direção do partido, não há essa cota.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É verdade. Bem lembrado.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Portanto, a composição é, muitas vezes, exclusivamente de homens. E V. Ex^a colocou aí os sindicatos. O Senador Randolfe apresentou essa questão dos partidos. E eu diria mais: nos órgãos de representação de classes, como no caso dos conselhos representativos, das associações, também não há essa cota. Então, poderíamos começar a expandir essa ideia da cota de candidatas também para os órgãos de representação. Vou falar aqui da minha profissão. O Conselho Regional de Medicina e o Conselho Federal de Medicina não têm proporcionalidade sequer em relação à proporção de médicas existentes, e se vai por aí adiante em qualquer outro órgão. Então, seria interessante se pensar também em exigir que a composição dos partidos, a composição dos sindicatos, a composição dos conselhos representativos das classes tivessem também

essa representatividade. Não sei qual seria o ideal, se seria o percentual de 30% ou um percentual obtido de acordo com a representação de cada categoria. Portanto, eu queria apresentar uma ideia adicional, cumprimentando-o pelo brilhante discurso que V. Ex^a está fazendo em homenagem às mulheres.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Mozarildo. V. Ex^a acrescenta mais um tópico a um tema que acaba por dominar nossa sessão, que foi tão bem iniciado pelo discurso da Senadora Gleisi Hoffmann, que é o tema mais amplo, do empoderamento da mulher, um termo bárbaro mas que tem hoje um largo curso e que se refere a uma realidade muito objetiva: a necessidades de as mulheres serem dotadas de maior poder nas diferentes instâncias em que se organiza a sociedade, no mundo econômico, da política e da cultura. E em homenagem a esse belo consenso, Sr^a Presidente, eu não vou tocar no ponto de dissenso que seria a segunda parte do meu pronunciamento. Fica para depois.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que obteve mais de onze milhões de votos. Certamente, seus eleitores estão muito felizes com o Parlamentar que mandaram para esta Casa, e nós também estamos felizes em contar com esse professor aqui, com experiência de vida e de política, especialmente no processo de redemocratização de nosso País. Muito obrigada, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Convido agora, por ordem de inscrição, o Senador Valdir Raupp, para fazer uso da palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou na mesma linha dos Senadores que me antecederam, para, num primeiro momento, fazer referência às mulheres e, num segundo momento, falar sobre o Código Florestal Brasileiro, se o tempo me permitir.

Quero, neste momento, Sr^a Presidente, parabenizar todas as mulheres brasileiras pelo seu dia, transcorrido ontem, 8 de março.

A mulher, atualmente, tem ocupado, com muita competência, vários cargos na iniciativa privada ou nas organizações públicas, a exemplo do que ocorre no Congresso Nacional, onde há uma expressiva bancada feminina. Aliás, no momento, uma Senadora preside a sessão do Senado Federal. Já pela segunda vez, o Senado Federal elege para compor a Mesa uma Vice-Presidente mulher. A primeira Vice-Presidente eleita para a Mesa do Senado Federal foi a Senadora Serys Slhessarenko, do Estado do Mato Grosso. Agora, a

nossa Vice-Presidente da Mesa é a Senadora Marta Suplicy, do Estado de São Paulo, Estado do Senador Aloysio, que me antecedeu na tribuna. A Câmara dos Deputados, pela primeira vez, seguindo – creio – o exemplo do Senado Federal, elegeu também uma Vice-Presidente, a Deputada Rose de Freitas, do meu Partido, o PMDB, pelo Espírito Santo. Penso que a Câmara está indo no mesmo caminho do Senado Federal. Espero que essa representatividade das mulheres continue crescendo na Câmara Federal, no Senado Federal, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores, nas Prefeituras, nos Governos.

Por falar em Governos, quero lembrar da Governadora Roseana Sarney, que foi eleita e reeleita Governadora do Estado do Maranhão e que já foi Senadora também; da Senadora Rosalba, que, agora, também foi eleita Governadora do Estado do Rio Grande do Norte – ambas passaram por aqui –; e, na Presidência da República, da nossa querida Presidente Dilma Rousseff. Pela primeira vez na história do Brasil, o povo brasileiro, os eleitores e as eleitoras brasileiras elegeram uma mulher para presidir nosso País. Então, estamos quebrando o tabu que muitos países já haviam quebrado, como a Alemanha, a Inglaterra, o Chile, a Argentina. Muitos outros países já haviam quebrado esse tabu de colocar uma mulher no cargo máximo da governabilidade do seu país.

Quero desejar felicidades a todas essas mulheres. Que Deus possa abençoar a Dilma, nossa Presidente, para que ela possa fazer um grande governo e provar que as mulheres são competentes! Sei que são competentes, porque, onde assumem um posto de trabalho, seja na iniciativa privada, seja na gestão pública, elas têm dado conta do recado.

Quero homenagear também as mulheres peemedebistas. Já falei da Senadora Roseana, que é Governadora do Estado do Maranhão. Em nome da Deputada Federal Marinha Raupp, minha esposa, quero homenagear todas as Deputadas Federais do nosso Brasil.

Também quero, da mesma forma, homenagear as Deputadas Estaduais, as Prefeitas, as Vice-Prefeitas, as Vereadoras, todas as mulheres que estão ocupando cargos com muita dificuldade. Já foi falado aqui das cotas, mas, nem sempre, conseguem-se preencher as cotas destinadas às mulheres nas convenções. As mulheres ainda precisam se desprender um pouco mais e buscar essas vagas que lhes pertencem nas convenções, para poderem representar em número maior as Câmaras de Vereadores, as Assembleias Legislativas, a Câmara dos Deputados e também o Senado Federal.

Nosso Partido, o PMDB, que sempre se preocupou com a luta da mulher, tem em sua estrutura partidária o Núcleo da Mulher, que é responsável pelo debate sobre as questões que envolvem esse segmento.

Os nossos parabéns são extensivos às mulheres rondonienses, do meu querido Estado, que, com dignidade, lutam para que Rondônia se estabeleça no cenário nacional.

A todas as mulheres deste País, nossas sinceras homenagens! Que Deus continue abençoando-as, para que possam galgar mais posições importantes no nosso País!

Sr^a Presidente, agora, falo do segundo tema que abordo da tribuna, o Código Florestal Brasileiro, que, há muito tempo, vem sendo debatido. Já sem tempo, é chegada a hora de se aprovar uma mudança, uma reforma no Código Florestal Brasileiro.

A Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, comumente chamada Código Florestal, permaneceu praticamente inalterada por mais de vinte anos. Alterações significativas somente vieram à luz em 1996, com a edição da Medida Provisória nº 1.511, que foi reeditada diversas vezes e que, após novas mudanças, resultou na atual Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, sem nunca ter sido votada pelo Congresso Nacional.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a, que é um jurista, que é procurador, vai entender o que estou falando aqui. Como fica uma medida provisória que nunca foi votada e que passou a ser lei? Eles chamam de limbo. Uma medida provisória está no limbo, nunca foi votada, mas é lei vigente no nosso País. Olha só! A medida provisória tem força de lei a partir da sua edição, da sua publicação, mas tem de ser votada. Há um prazo para ser votada aqui, mas essa medida provisória nunca foi votada! No entanto, é a lei que vale para a nossa Amazônia e para todo o Brasil essa Medida Provisória nº 2.166.

A legislação acerca do tema permanece, portanto, defasada, lacunar e absolutamente contraposta aos interesses de largos setores produtivos nacionais.

O consultor legislativo do Senado Federal Jol-des Muniz Ferreira, estudioso, assim se pronunciou sobre o assunto:

Essas reformulações do Código Florestal promoveram crescentes restrições com respeito à manutenção e à utilização da cobertura vegetal, provocando impactos significativos sobre a atividade agropecuária, o aproveitamento do solo urbano e os grandes projetos de infraestrutura voltados para a geração de energia e para a expansão da malha rodoviária.

Srª Presidente, os problemas relacionados à preservação ambiental, de um lado, e as multifacetárias necessidades dos setores produtivos, por outro, estão ambos a reclamar um aparato legal atualizado e condizente com os interesses nacionais.

E isso não é tudo, pois os fortes litígios entre o Ministério Público e o Poder Executivo, nos três níveis da Federação, mostram que é passada a hora de definir uma nova legislação.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Raupp, V. Exª tocou em dois pontos que eu reputo importantíssimos e nos quais esta legislatura terá de ao menos tocar. O primeiro deles é a relação entre o Executivo e o Legislativo, que é perturbada pelas medidas provisórias. V. Exª fez referência à medida provisória que por 67 vezes vem sendo reeditada e que agora se transformou em lei. Temos de imaginar, no Brasil, que o Legislativo é independente do Executivo. No entanto, temos o vício de entender que o Legislativo é submisso ao Poder Executivo, criando-se quase um Executivo ou um presidencialismo imperial, em que não interessa quem seja o Presidente ou a Presidente. O que interessa é que a Constituição da República estabelece a independência do Legislativo em relação ao Executivo. Este tema da medida provisória ao qual V. Exª fez referência é um daqueles que, infelizmente, envergonham o Legislativo brasileiro. Estamos em trinta e poucos dias desta legislatura e não fazemos outra coisa neste Senado – e, tenho certeza, no Congresso – a não ser debater medida provisória. Então, nós temos que atentar para esse fato. Vivemos em um Estado em que a Constituição, em seu art. 2º, estabelece a independência e não a submissão do Legislativo em relação ao Executivo. O segundo tema que V. Exª toca, com o conhecimento de causa de um ex-governador de um Estado da Amazônia, o Estado de Rondônia, onde tive o prazer e o privilégio de residir por mais de um ano, é a questão do Código Florestal. Estamos aqui debatendo a chegada do Código Florestal nesta Casa. Lá na Comissão de Meio Ambiente, fiz um requerimento para a criação de uma subcomissão para debater o Código Florestal. Não podemos mais entender que vivemos na década de 60. Sabemos que o Código Florestal é da década de 60, mas alguns de seus institutos vêm sendo debatidos no Brasil desde o início do Império, por José Bonifácio, como é o caso da Reserva Legal. Esse tema também é importante nesta legislatura, e V. Exª, com seu conhecimento e experiência, traz à tona, à baila, esses dois temas. Quero juntar-me a V. Exª, associar-me a esses debates. E quero convidar os colegas Senadores a debatermos, antes do Código

Florestal, a independência, que deve ser efetiva, do Legislativo em relação ao Executivo. Penso, Srª Presidente, Srs. Senadores, que este tema é premente nesta legislatura, sob pena de o Legislativo brasileiro, notadamente este Congresso, se transformar num batedor de carimbo do Executivo. Não interessa o presidente que ali esteja. Percebam que faço parte do PDT, com muito honra. Um partido que estava na coligação que elegeu a Presidente e está na coalizão que sustenta este Governo. No entanto, mais importante que este Governo, que é temporal, é nosso Estado, que é espacial. Parabenizo V. Exª por sua fala.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Agradeço o aparte de V. Exª e peço à Mesa que o incorpore ao nosso pronunciamento. Tenho certeza absoluta de que V. Exª vai poder contribuir muito para que possamos resolver a questão florestal do nosso País – V. Exª, como Senador da Amazônia, do Estado de Mato Grosso, assim como o Senador Mozarildo, Presidente da Subcomissão da Amazônia, e o Senador Randolfe, que é do Estado do Amapá. A Amazônia está em peso hoje aqui no plenário do Senado Federal, compartilhando com os gaúchos. Ana Amelia é catariense, é paranaense também...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Não, eu sou gaúcha.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu falo dos outros que já estiveram aqui também.

Não custa lembrar que, desde meados da década de 1980, multiplicam-se os projetos destinados a alterar o Código Florestal vigente.

Eu mesmo, há três ou quatro anos, apresentei um projeto – é de minha autoria – para modificar o Código Florestal brasileiro, sobretudo na Amazônia brasileira, que representa 61% do território nacional, onde vivem mais de 22 milhões de brasileiros, que estão numa insegurança jurídica muito grande, principalmente nos Estados que foram mais colonizados, como Rondônia, Mato Grosso, Pará, Acre, Tocantins. Não tanto o Estado do Amazonas, que ainda preserva, graças a Deus, 98% de suas florestas. No Amazonas está localizado um dos maiores polos industriais do Brasil, que é a Zona Franca de Manaus. O Polo Industrial de Manaus tem benefícios fiscais, e talvez por isso o Estado conseguiu preservar 98% de suas florestas. Não houve pressão sobre a floresta, já que a geração de empregos é muito forte no Polo Industrial de Manaus. Foi um modelo que deu certo e que deveria ser seguido até por outros Estados, claro, com o aval da União. E é por isso que defendo as Zonas de Processamento de Exportação nas principais capitais da Amazônia. Eu defendo, lá no meu Estado, para que se tire essa pressão sobre a floresta.

Meu projeto, que foi até premiado por três institutos legislativos do Brasil, visava o desmatamento zero. Meus aliados ficaram preocupados pelo fato de eu defender o desmatamento zero quando na Amazônia há uma pressão muito forte por desmatamento. Tive a coragem de propor um projeto e debater o desmatamento zero na Amazônia. Acho que não precisamos mais desmatar. O que já temos desmatado é suficiente para duplicar, triplicar nossa produção, seja ela de grãos, de carne, de gado, de leite. Enfim, acho que isso é possível. Basta utilizar, com racionalidade, nossas terras. E essa proposta não teve nenhum risco, porque fui o Senador mais votado da história do Estado de Rondônia, depois de ter lançado essa proposta de desmatamento zero na Amazônia. E continuei defendendo-a.

Agora, eu me preocupo porque há correntes no Governo, Senador Mozarildo, que não querem o desmatamento zero. Eu não entendo. Sinceramente, não consigo entender por que o Governo não está aceitando o desmatamento zero nem a liberação de alguns módulos, três, quatro módulos fiscais na Amazônia, livres do reflorestamento. Eu proponho o desmatamento zero porque é melhor preservar tudo o que temos. E não é pouco: 83% da Amazônia; só 17% foi derrubado e desmatado. Então, se pararmos de derrubar agora e preservarmos os 83% das florestas amazônicas, que, na soma geral do País, passa de 50%, porque, repito, só a Amazônia é mais de 60% do território nacional, estaria de bom tamanho.

Não é preciso sacrificar o pequeno produtor, que tem 20, 30, 40, 50 hectares de terra e tem que reflorestar 50%, ou 80%, em algumas regiões. Isso não é justo. Justo sim seria parar de derrubar agora, preservar tudo aquilo que está de pé e liberar as pequenas propriedades para que não precisem recuperar a cobertura florestal, e sim as margens de rios, reflorestar as margens de rios, as nascentes, os topos de morros. Tudo bem. Mas tirar o café que está plantado, o leite, o gado de leite que está produzindo, o gado de corte e outras culturas para reflorestar, enquanto podemos preservar esses 83% que está em pé ainda...

Concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Valdir, como V. Ex^a disse, V. Ex^a tem sido um amazônida ousado, porque nós da Amazônia somos estigmatizados como defensores, vamos dizer, dos desmatadores. E os 25 milhões de habitantes que estão lá? Parece que são vistos pelos “amazonófilos” como vilões, como paranóicos que desmatam por desmatar, que não se preocupam com o amanhã; como se esses 25 milhões que estão lá não precisassem sobreviver,

não precisassem ter o sustento das suas famílias. V. Ex^a abordou muito bem. Se nós aproveitássemos, se houvesse uma política de Governo para valer de aproveitar as áreas já desmatadas na Amazônia, daria para produzir e muito, tanto na agricultura como na pecuária. Por exemplo, para vermos como a Amazônia é diversa, no meu Estado, quase a metade não é mata. Nós chamamos de lavrados, que são mais ou menos o cerrado do Centro-Oeste misturado com os pampas do Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amelia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Campos amazônicos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente. Na verdade, a Amazônia é muito diversificada. Ao contrário do que vendem esses “amazonófilos”, não somos só mata, temos região montanhosa. No meu Estado, temos o Complexo do Parima, temos o Monte Roraima... Então, é muito importante essa oportunidade de debater o novo Código Florestal sem nenhum viés de radicalismo para um lado ou para o outro. Temos de encontrar um modelo que possa servir a todo o Brasil, especialmente à Amazônia, levando em conta, cientificamente, o zoneamento econômico e ecológico de cada lugar. Não pode ter a mesma política para o meu Estado, para o seu, para o Amazonas, para o Amapá. Que seja um Código moderno, inteligente e que não tenha “ismos” nenhum, nem ambientalismo demais nem agropecuarismo demais, mas que tenha em conta, sim, um viés que possa permitir o desenvolvimento inteligente da nossa Amazônia e do nosso Brasil.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Mozarildo, pela contribuição que V. Ex^a dá ao nosso pronunciamento.

Louvo a atitude do Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, que acaba de instituir uma Câmara de Negociação sobre o Código Florestal, com o objetivo de reunir o Governo, representantes das bancadas ruralista e ambientalista e o Relator do Projeto de Lei nº 1.876/99, Deputado Aldo Rebelo, com o intuito de alcançarem o consenso. Temo, todavia, que as negociações demandem muito tempo – e tempo é algo de que não dispomos!

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Estou indo para a conclusão, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na última semana, 21 Deputados Estaduais de Rondônia vieram a Brasília manifestar apoio ao relatório do Deputado Aldo Rebelo. Trata-se de um texto maduro, propositivo, que conta com o aval da sociedade brasileira, após terem sido realizadas diversas audiências públicas, nas quais foram ouvidos técnicos, pesquisadores, ambientalistas,

prefeitos, organizações não governamentais, empresários e produtores rurais.

O Brasil necessita de um Código Florestal capaz de observar as peculiaridades regionais e que não se volte exclusivamente para o passado, à busca de punições para produtores que, de boa-fé e à falta de uma legislação adequada, tenham contribuído com sua força e dedicação para colocar alimento na mesa dos brasileiros. E, ainda, muitas toneladas, milhões de toneladas sendo exportadas.

Sr^a Presidente, reconheço a polêmica em torno do assunto. Reconheço que as partes possuem motivos de sobra para defender seus pontos de vista. Reconheço, ainda, que o diálogo e a transigência devem sempre imperar, pois os resultados assim obtidos tendem a ter mais valor e maior duração. Quero ressaltar, porém, a urgência em resolver o impasse, pois não podemos esperar indefinidamente. O custo da indefinição se reflete no cotidiano de milhões de brasileiros.

Sr^a Presidente, muito obrigado pela generosidade do tempo.

Era o que tinha a dizer neste momento.
Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Valdir Raupp. Esse tema, como salientou bem o Senador Pedro Taques, representa insegurança jurídica numa atividade crucial e muito importante para a economia do nosso País, que é a produção agropecuária.

O seu pronunciamento reforça a importância para que o Congresso rapidamente delibere sobre essa importante matéria inadiável.

Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Não havendo mais inscritos na sessão deliberativa desta quarta-feira, dia 9 de março, estou encerrando a sessão na Presidência da Casa, agradecendo ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB, que me deu a honra de me convidar para a sessão que acabou sendo dedicada ao Dia Internacional da Mulher.

Obrigada a todos e, sobretudo, à audiência da nossa TV Senado.

Obrigada e até amanhã.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 30 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rego**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- *. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- **. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- ***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- ****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
- *****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
- *****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antioissio@senado.gov.br

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rego (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello

Notas:

1. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(7,9)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(3,4)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²⁾	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁾
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽¹³⁾
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽¹¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 28/10/2009

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rego (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rego (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rego (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 27/10/2009

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
	2.
PSOL	
Marinor Brito	1.

Notas:

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rego (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Gim Argello

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
	1.
PSOL	
	1.

Notas:

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Designação: 11/05/2010

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Rogério Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cicely Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Secretário(a): Egli Lucena Heusi Moreira Telefone(s): 3303-1120 Fax: 3303-2025 E-mail: scomcct@senado.gov.br	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argello, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Egli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN
PV

Atualização: 03/02/2011

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN
PV

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

Composição

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB-AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT-RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT-RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB-AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT-SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR-TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB-MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB-AL)

(Atualizada em 23.2.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

Composição

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	

(Atualizada em 23.2.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEN BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 92 páginas

OS: 2011/10681